

Entrevista

Carolina Bori

A professora da Faculdade de Psicologia da USP conta sobre sua experiência na Universidade e na SBPC e defende a extinção do Conselho Federal de Educação e a criação de novo órgão capaz de responder às necessidades da educação. *Páginas 3 a 5.*

Congresso Nacional

Constituinte

Psicólogos do CRP-06 já começaram a encaminhar as decisões tomadas no Congresso Nacional, reunidos em três fóruns para formular propostas de alteração nas leis. Serão debatidos temas como Código de Ética, modelo de formação e Lei 4119. Mudanças deverão influenciar dia a dia do profissional. *Página 14*

Psicólogos enfrentam Prefeitura

Em São José do Rio Preto, psicólogos têm que enfrentar prefeito para participar de Conselho Municipal. Subsede vai à luta e exige explicações.

Página 13

Direitos Humanos



Sociedade organizada quer mudar a cara do Brasil

O número de entidades de defesa dos direitos humanos cresce a cada dia. Saúde mental também está presente nessa luta. Conheça as organizações e veja por que têm conseguido bons resultados. *Páginas 8 a 10.*

Mercado de Trabalho

Psicólogos que atuam em equipes multiprofissionais dão depoimento sobre seu trabalho e fazem avaliação das possibilidades de intervenção nas instituições públicas, sem perder especificidade. *Páginas 11 e 12.*

Avaliação

Depois da realização dos Congressos Regional e Nacional, CRP-06 avalia 1994. Para a gestão o ano foi proveitoso e permitiu muitas iniciativas do Conselho, que deverão reverter em benefícios para a categoria. *Página 15*

Testes psicológicos

Uma comissão mista formada por entidades, universidades, empresas e instituições públicas e privadas está estudando novos procedimentos e normas para testes psicológicos. A idéia é a criação de um certificado de qualidade que garanta o trabalho do psicólogo. *Página 7*

1995

O país ingressa em uma nova conjuntura. As eleições gerais recentes renovaram forças políticas do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e dos governos estaduais e federal. É claro que, apesar da ampliação das forças democráticas em diversas dessas esferas políticas, a permanência de representantes de setores mais conservadores e retrógrados das elites brasileiras deve servir de referência para o enfrentamento que se avizinha.

Dois aspectos são destacáveis desses resultados. No plano mais geral, a aliança entre forças partidárias que têm projetos distintos para a sociedade brasileira não permite prever resultados a curto prazo; nesse caso o mais razoável é recorrer ao antigo lema: quem viver verá!

Por decorrência, é fundamental que as instituições e os setores democráticos procurem extrair as consequências desejáveis da ampliação das forças democráticas acima referidas. Consequências que contribuam para o robustecimento da democracia e para a construção de um Estado que cumpra os seus desígnios de garantir os direitos individuais, promover políticas sociais que retirem os brasileiros das condições degradantes de vida, criar condições para o exercício da cidadania e defender a soberania nacional e a autodeterminação dos povos.

É desse contexto que as entidades da psicologia e dos psicólogos precisam organizar as suas pautas de ações, contribuindo decididamente para que o indivíduo possa viver em um país que valha a pena.

Algumas dessas contribuições já são visíveis, outras precisam ser anunciadas. As alterações aprovadas pelo I Congresso Nacional da Psicologia, realizado em agosto último, consubstanciam, através da criação do Conselho Nacional da Psicologia, uma organização política dos Conselhos bastante favorável para enfrentar a nova conjuntura porque supera os regionalismos grosseiros e proporciona uma estrutura efetivamente nacional que

permitirá os encaminhamentos dos múltiplos problemas e temas do exercício profissional e da formação do psicólogo.

Mais ainda, a dinâmica e os resultados dos Congressos Regionais e Nacional realizados no decorrer de 1994 exigem uma robusta articulação entre as entidades de psicologia e dos psicólogos. Sem meias palavras, caberá aos Conselhos de Psicologia (atuais CFP/CRP's, futuro CNP) e às entidades sindicais (FENAPSI e Sindicato dos Psicólogos) a responsabilidade de organizar e bem percorrer os novos rumos apontados pela categoria.

De pronto, duas questões devem ser contempladas.

A primeira: o ano de 1995 deve ser de ampla mobilização e organização e a favor da regulamentação em lei do salário mínimo profissional e jornada de trabalho. Os psicólogos não podem mais receber salários aviltantes e trabalhar sem regras definidas de jornada.

A segunda: a crescente participação dos psicólogos nos serviços públicos de educação, infância e adolescência, judiciário, saúde etc. impõe-lhes também uma participação mais ativa nos movimentos sociais que defendem o cidadão e a democratização do país.

É responsabilidade das entidades mencionadas articular as lutas específicas que valorizem a profissão, exigem uma formação crítica do psicólogo e reivindiquem salários dignos, com as lutas sociais dos brasileiros.

Somente assim as reivindicações da categoria poderão ser consideradas justas, não por nós mesmos, mas por aqueles que tanto fazem para manter este país: o povo brasileiro, cuja maioria é excluída e alienada das condições básicas para uma vida decente. Superar o corporativismo de privilégios obriga os psicólogos a proporcionar como contrapartida uma atuação profissional consciente que contribua para as exigíveis transformações democráticas do país.

CARTAS

PsicólogoX imprensa

Sr. Homero de Mário Jorge Luiz Costa Vieira Olivetto,

Tomei conhecimento de seu artigo sobre meu Serviço de Orientação Profissional na Revista Capricho de setembro, página 118, sob o título "Vocacionow", através de um amigo.

Não o autorizei a nenhuma reportagem sobre o meu trabalho, nem o senhor me comunicou que pretendia fazê-la. O sr. foi a meu consultório para fazer um exame de orientação profissional, não para fazer uma entrevista para a referida revista.

Há, no seu artigo, expressões jocosas de mau gosto e de total desconhecimento sobre o assunto.

A bateria de testes a que o sr. se submeteu é um processo de psicologia aplicada, orientação profissional e, portanto, um processo científico.

(...)

A verdade é que o sr. prejudicou em vários sentidos o sistema de trabalho que realizo e, graciosamente, ou maliciosamente, atingiu a reputação de um velho psicólogo, que foi professor universitário de psicologia de várias faculdades e universidades de São Paulo, agraciado com a medalha e o diploma de pioneiro da psicologia experimental pelo Conselho Regional de Psicologia (6ª Região) e membro da Academia Paulista de Psicologia.

Penso que no momento pelo qual passamos precisamos de jornalistas que tenham a preocupação em trazer a informação precisa e correta, dentro de padrões éticos corretos(...).

José Novaes Patemostro

Nota da equipe editorial: carta recebida pela diretoria do CRP-06.

Psicologia Organizacional

Tenho observado através da leitura deste jornal que é dada pouca ênfase aos artigos relacionados à Psicologia Organizacional.

Esta área está se desenvolvendo e sendo muito procurada por profissionais e empresas, uma vez que o psicólogo organizacional está ocupando grandes espaços e sendo muito bem aproveitado nas empresas.

Gostaria de saber por que não é dado um maior destaque para essa área.

Meiry Ângela Lucas

CRP-06/22607-3

Resposta da redação - a pauta de cada edição do Jornal do CRP é discutida em plenária, a partir dos assuntos que têm despertado maior interesse da categoria como um todo. A psicologia organizacional não tem se manifestado enquanto grupo organizado e procurado incentivar a discussão das questões da área através do Jornal. Isto, no entanto, não significa que o assunto esteja deliberadamente fora de pauta, apenas não tem gerado notícias, matéria-prima de qualquer publicação periódica. O Jornal do CRP está aberto a sugestões, que deverão ser encaminhadas à comissão editorial para avaliação das possibilidades de publicação.

Sociedade laudatória

Quanto à edição de julho/agosto de 1994 do Jornal do CRP-06, gostaria de manifestar solidariedade às colegas que bem responderam espúrio do referido artigo sobre "clinicalismo".

Em seguida, manifestar opinião ao compartilhar das preocupações do prezado colega no artigo "A sociedade laudatória". (...)

O processo de investigação psicológica baseado nos devidos princípios teórico-técnicos e corretamente contextualizado tem contribuído de modo único para pautar estratégias psicoterapêuticas eficientes, planejar programas adaptativos, encontrar inúmeras soluções com maior critério e justiça, além de fundamentar a orientação de pais, professores, crianças e outros membros da sociedade de modo particular.

Dentro do contexto ético-científico, o fato de um ou outro teste de nível intelectual, que porventura

tenha sido utilizado, não contar ainda com uma padronização regional brasileira, não invalida o estudo como um todo. (...)

A função social do laudo psicológico não é servir de peça fragmentada que apenas refere ações injustas, tanto no sentido humanitário como no de direito constitucional da pessoa. Creio que a sua boa utilização implica o preparo e os valores ético-sociais daqueles que o ocupam, mas sobretudo daqueles que o elaboram, sua auto-imagem e autoconceito no contexto profissional.

É preciso que a nossa categoria seja mais autocrítica e aprenda a fazer a verdadeira crítica do seu saber, para que possamos ocupar com competência os espaços que a população espera que ocupemos.

Viviane T. Pizzinato

Terapias alternativas

Ultimamente tenho ouvido e lido anúncios sobre "tratamentos" através de cursos de fim de semana, massagens para equilibrar energeticamente a mente, livros de auto-ajuda, disque-fulano, disque-tal-coisa (...). Tais "tratamentos" que estão proliferando dia a dia, (...) tentam doutrinar e fazer lavagens cerebrais naquelas pessoas mais sensíveis e ingênuas. São posturas dogmáticas, chamativas, cheias de mandraquices e sem referencial teórico e científico.

Nós, que trabalhamos como psicoterapeutas, constatamos como é difícil a investigação psicológica profunda dos processos mentais. Sabemos como é dolorido e lento o crescimento interno. (...) O psicoterapeuta não tem o poder de mudar ninguém. Sua postura é neutra e não-moralista na relação com o paciente. (...)

A própria mídia, através de reportagens e anúncios, estimula a mitificação de "terapias alternativas" e "livros de auto-ajuda". (...)

Questionem, indaguem sobre tratamentos rápidos e livros de auto-ajuda. Penso que cada um tem a liberdade de buscar o que achar melhor para si. Apenas

quero deixar aqui algumas idéias do que penso enquanto técnicas de saúde mental. Nós, psicoterapeutas, geralmente ficamos enclausurados em nossos consultórios(...) e nos esquecemos de passar informações aos leigos, de forma que fica mantido o preconceito de que fazer psicoterapia é apenas para uma elite. Freud, em suas conferências introdutórias da psicanálise, se dirigia aos leigos.

Félix Fernando Elvas Pequeno
psicólogo e psicoterapeuta

Conselho Regional

Sou psicóloga há 9 anos. Há 5 em consultório e há 4 em indústria. Ouço falar muito em isolamento do profissional do consultório. Não me sinto assim, em hipótese alguma, pois acho que isolado está todo e qualquer profissional que não se atualiza (...) Maior isolamento eu sinto da classe dos psicólogos deste país, que não têm uma associação ou conselho forte para representá-los e lutar por fazer desta profissão e do profissional algo imprescindível para o povo, tanto quanto o é o médico. (...)

Vejo tantas pessoas procurarem o psicólogo e descobrir que seu convênio não lhes permite o atendimento psicológico ou restringe a idade do paciente. (...)

É preciso que os Conselhos Regionais e o Federal representem melhor os psicólogos e reivindiquem junto ao Congresso Nacional leis que possam fazer do psicólogo alguém necessário à saúde do indivíduo. (...)

Angela M. Damaso
CRP 06/37939-7

As cartas à redação deverão ser enviadas datilografadas e com o nome do remetente datilografado e assinado. Para garantir espaço de publicação ao maior número possível de leitores, as cartas serão publicadas resumidamente, somente os trechos mais significativos, a critério da redação.

Conselho Regional de Psicologia

Conselheiros:

Adalberto Boleta de Oliveira, Celi Denise Cavallari, Celso Zonta, Cláudia Maria Sodré Vieira, Cristina Amélia Luzio, José Roberto Tozoni Reis, Leyla Venegas Falsetti, Lígia Valéria Gianni, Márcia Arrivabene Sanches Spinola, Maria de Lourdes Kato, Maria Silvia de Mesquita Bolguese, Odair Sass, Vera Regina Rodrigues, Walter de Paula Pinto Filho, Othon Vieira Neto (efetivos).

Cássia Regina Rodrigues, Erane Paladino, Erasmo Miessa Ruiz, Maria Elisa Pacheco, Milton Luiz Cardassi, Mitsuko Aparecida Makino Antunes, Nelson Antonio Fontes Coutinho, Nilton Júlio de Faria, (suplentes).
Comissões: Comunicação, Diretoria, Ética, Formação e Educação, Infância e Adolescência, Orientação e Fiscalização, Psicoterapia, Saúde, Subsedes, Trabalho.

O Jornal do CRP é uma publicação oficial do Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região

Equipe Editorial: Maria Silvia de Mesquita Bolguese e José Roberto Tozoni Reis
Editora: Juliana Motta
Produção e Edição de Textos: Juliana Motta
Redação: Juliana Motta e Lígia Cruz
Revisão: Dinorah Ereno
Diagram./Editoração Eletrônica: Baroni Studio
Fotolito e Impressão: Gráf. do Sind. dos Bancários
Tiragem: 36.000 exemplares
Periodicidade: Bimestral

Sede: Rua Borges Lagoa, 74 - São Paulo - SP -
Cep 04038-004 - Fone: (011) 574 7133
Fax: (011) 575 0857

Carolina Martuscelli Bori

A pesquisa é a base do conhecimento

A professora conta a história do curso de psicologia da USP, fala de sua participação na SBPC e dá opiniões sobre a formação profissional, defendendo a necessidade de que a pesquisa seja levada mais a sério nas universidades brasileiras

Foto - Márcia Zoet



Carolina Bori, como é conhecida nos meios acadêmicos e científicos do país, ajudou o nascimento da psicologia no Brasil. Como professora da USP ou presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, participou de momentos importantes da vida política e científica do país. Ainda estudante, fez vários cursos nos Estados Unidos e na Europa, trazendo seu conhecimento e experiência para dentro da universidade brasileira. "Meu lugar de repouso era sempre a USP", afirma, bem-humorada. Muitas vezes, no entanto, sua experiência foi solicitada, como em Rio Claro, onde passou três anos participando da criação da Universidade local. Depois de um tempo em Brasília para a instalação do departamento de Psicologia da UnB, lecionou no Texas e novamente voltou ao Brasil para dirigir o Centro de Educação em Ciências Humanas da Universidade de São Carlos, onde criou o curso de pós-graduação e educação especial. É com base nessa experiência que ela comenta a situação da universidade hoje, e fala das possibilidades de reestruturação dos cursos de psicologia.

CRP - Quando a senhora começou a trabalhar em psicologia, a profissão era ainda incipiente no país. Como foi esse período inicial de sua carreira profissional?

Carolina - Eu comecei trabalhando como professora na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, na cadeira de psicologia. Eu estava, naquela ocasião, fazendo uma especialização, na USP. Fui convidada pela professora Anita de Marcondes Cabral, que regia a cadeira. Com o convite, me tornei a primeira assistente.

Era uma cadeira que tinha uma tradição bastante grande, porque quando foi criada a Faculdade de Filosofia ela era regida por um professor estrangeiro, Jean Mogue. A

acentuação era mais em filosofia, embora ele discutisse autores da psicologia.

Mas, na realidade, a mudança da filosofia para a psicologia começou de uma tradição francesa, de se discutir profundamente, principalmente autores, em aulas expositivas, para uma cadeira que deveria se ocupar da psicologia. E a mudança foi no sentido de já diferenciar áreas, numa concepção da psicologia como subáreas.

"Havia uma proposta inicial de fazer do psicólogo um profissional auxiliar. A nossa luta sempre foi contra essa proposta."

CRP - Hoje, o que se observa é a crítica aos problemas gerados pelo modelo médico na formação do psicólogo. E a história que a senhora conta é a do curso com origem na filosofia e muito ligado à educação. Como foi acontecendo essa mudança ao longo da história?

Carolina - Bom, eu estou me referindo à história da Universidade de São Paulo. Se estivesse aqui no meu lugar um carioca, a história seria outra. Nós contamos a nossa história bastante diferente deles.

Inicialmente a psicologia estava profundamente ligada à filosofia. Mais tarde é que se agregou à Faculdade de Filosofia aquilo que se desenvolvia na escola da praça, que era a psicologia educacional. Quando a filosofia decidiu formar professores de primeiro e segundo grau, principalmente de segundo grau, ela teve que incorporar a parte de educação. E uma parte de educação que foi incorporada foi à área de psicologia educacional.

Agora, essa observação sobre o modelo médico na psicologia é importante, porque quando foi discutida, na congregação da Faculdade de Filosofia, a criação do curso estadual de psicologia, muitas vezes se levantaram para dizer que a psicologia tinha que ir para a área médica. Isso aconteceu mais ou menos em 1958 e está registrado nas atas da congregação. Era um curso de bacharelado, o único no país, uma experiência

pioneira. Essa posição foi manifestada por professores que vieram da Educação.

CRP - A senhora também participou da comissão que elaborou o currículo mínimo da psicologia?

Carolina - Isso foi em 62. Mas nesse período houve duas experiências diferentes. Uma foi a comissão para elaboração do currículo mínimo, em que participaram várias pessoas representando universidades diferentes. E houve outra comissão, também do Ministério da Educação, para julgar os pedidos de registro profissional de pessoas que já trabalhavam na psicologia. Esse trabalho durou dois anos, sob a direção de Lourenço Filho.

Nessa época, além do curso de psicologia que existia na USP, que já havia formado três turmas, havia também um curso se iniciando em Minas Gerais e outro no Rio de Janeiro. Mas nós aqui em São Paulo estávamos mais adiantados.

A experiência do Rio, por exemplo, era diferente da nossa. O curso de psicologia lá teve início com os cursos do ISOP - Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas. O Instituto dava vários cursos regulares sobre técnicas em geral. Lá se faziam as pesquisas para avaliação de testes, que assumiram o caráter do curso de psicologia. Enquanto isso, nós estávamos aqui formalizando um curso de psicologia mesmo.

Quando foi assinada a lei que criou a profissão e estabeleceu o curso de nível federal, já existiam algumas experiências. A da USP parece que é a mais longa e a mais estruturada, porque São Paulo já tinha uma Legislação Estadual que se aproveitava da divisão que estava ocorrendo nas subáreas da psicologia. Aquilo foi possível porque já se começava a fazer aqui. Informalmente existiam várias disciplinas, por isso é que foi possível.

Nessa época também houve a criação da Associação Brasileira de Psicologia. A Sociedade de Psicologia de São Paulo, que já existia, era pujante, chegou a ter muitos sócios e se reunia com muita frequência. Nesse momento, os cursos já não se resumiam em abordar somente os testes para ajudar as pessoas que estavam querendo novidades na área profissional, mas queriam também discutir posições teóricas.

E a Sociedade de Psicologia ajudou muito. Ela trouxe para o convívio da universidade pessoas que trabalhavam na área. E foi essa experiência que nos permitiu exigir a abertura de um registro especial para as pessoas que estavam trabalhando.

CRP - Dessa época foi publicado um artigo do professor Fred S. Keller em que ele fala sobre sua experiência num país da América Latina e cita a experiência da UnB e da USP. O que significou esse momento?

Carolina - Isso aconteceu em 1960, quando o professor Fred Keller veio ao Brasil pela primeira vez, a convite do diretor da Faculdade de Filosofia, professor Paulo Sawaya. Como era da área de fisiologia, o professor Sawaya achava que a psicologia deveria se orientar para uma área mais experimental e era o que se estava tentando fazer. A professora Anita já tinha começado alguns laboratórios de senso-percepção.

Naquela época, final de 50, havia um esforço muito grande na USP de discutir aquilo tudo que nós estávamos fazendo com o curso. O curso havia sido criado, tinha alunos muito bons. E se discutia muito a questão de carga horária, o que mais acrescentar, se debatia muito com o pessoal da biologia, se introduziu genética, se discutia muita estatística, enfim, questões que realmente diziam respeito ao curso que se estava criando. Havia toda uma movimentação, principalmente no Rio, de regulamentar o curso e torná-lo federal.

E como o princípio da história do curso surgiu de uma proposta já colocada no executivo, então nós imediatamente adotamos a posição de defesa, de crítica, e com isso essas reuniões eram importantes, porque permitiam que pessoas que não necessariamente se amavam pudessem discutir sistematicamente o curso e o que estava acontecendo. Eu acho que foi uma ocasião muito importante como base.

Tinha a Sociedade de Psicologia de São Paulo e estava se criando também a Associação Brasileira de Psicologia. Porque a Associação foi criada para defender as posições contra a proposta inicial de fazer do psicólogo um profissional auxiliar. A nossa luta sempre foi contra essa primeira proposta.

CRP - Na década de 70 temos a constituição dos Conselhos. De alguma maneira, junto com outras entidades, os cursos surgiram também nessa época, os Conselhos contribuíram para o enfraquecimento dessa perspectiva de organização que era da Sociedade e da Associação? Ou são coisas independentes?

Carolina - Não, caminham separadas, infelizmente. A Associação Brasileira de Psicologia, pela forma como se organizou, deveria ser uma aglutinação de sociedades regionais. Ela conseguiu estabelecer Sociedades em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, mas o Brasil não é isso só. Mas depois, ela, como Sociedade, se tornou mais profissionalizante. Ela não nasceu para isso. Ela nasceu com a idéia de que a psicologia, como área de ciência, deveria ser fortalecida.

No Brasil, na época, começaram a aparecer as Sociedades de áreas. A Sociedade Brasileira de Física, de Biologia. Era isso o que se queria: congrega as pessoas, que estavam todas dispersas, para fazer a base de uma discussão séria sobre a área do conhecimento. As pessoas que estavam na direção da Associação Brasileira de Psicologia nunca entenderam isso. Acharam que era preferível levá-la para o lado profissional.

Eu fui muitas vezes acusada de ter aberto demais a porta de entrada da Associação. Mas acho que nessa hora você tem que ter todas as pessoas juntas. E as pessoas decidem o que vão fazer. Mas as

pessoas que estavam na Associação Brasileira de Psicologia, na época em que surgiu a possibilidade de criação do Conselho, estavam interessadas no Conselho.

CRP - Uma das propostas debatidas pelos psicólogos ao longo deste ano, durante os Congressos Nacional e Regional, foi uma tese que, embora não apareça de forma explícita, traz a idéia de fazer a fusão entre Conselhos e sindicatos, alterar a natureza dessas entidades, colocando-as como de direito privado. Isso seria um passo para a criação de uma Associação Nacional de Psicólogos ou da Psicologia. Como a senhora vê essa proposta?

Carolina - Bom, é preciso ver como ela é pensada dentro do próprio Conselho. Em princípio, parece uma proposta muito favorável ao sindicato, enquanto que as universidades estão fora desse contexto, a não ser pelos profissionais que estão participando dessas entidades.

Eu não sei se essa questão tem uma perspectiva próxima. Não dá, porque os cursos de psicologia foram criados

Uma mudança de currículo exige que as pessoas tenham conhecimento do que é psicologia, do que ela faz hoje. A nossa psicologia não é uma psicologia diferencial, nem livros norte-americanos existem mais sobre essa área. A nossa psicologia social, com todos os problemas sociais que nós temos, é ridícula. Nós não temos livros aqui. Temos uma coleção de artigos, mas quem é que cita um artigo brasileiro? Ninguém. Basta ver as teses.

Então, precisaria ter pessoas que realmente conhecessem a psicologia, porque em primeiro lugar você tem que fazer o retrato da psicologia. Não é possível inventar cursos se não se tem o conhecimento. É sobre isso que se deveria erigir a formação.

Aí o conselho pode falar, porque ele conhece as dificuldades que os profissionais estão sentindo. E eu imagino que sejam muitas. Não é por acaso que o Conselho Federal chega à conclusão sobre a porcentagem enorme de pessoas que realmente não são mais profissionais liberais. Trabalham sob as ordens de alguém. Quer dizer, aquilo que se rejeitou em 60, que era a

como alguma coisa a mais, ela entra como base do conhecimento.

Num país com tantos problemas de educação o curso não está pensado, não está equacionado para isso. Esse é o problema. Não se tem em mente o que é a psicologia, e principalmente as áreas novas, que deveriam estar interessando tremendamente o profissional, porque elas tratam de medidas. Há muita crítica dos testes, mas o que se põe no lugar? Que mensuração você tem?

Não é possível mais continuar a se fazer reuniões para mudar o currículo. Acho que é uma perda de tempo. Acho que ninguém juntou todas as propostas.

CRP - A senhora participou da SBPC num momento fundamental para a ciência no Brasil. Um momento em que a Sociedade ocupou lugar político de destaque sem deixar de lado sua função científica. Poderia falar um pouco sobre essa experiência e das perspectivas que vê nestas questões científicas, à luz dessa experiência?

Carolina - A SBPC nasceu de uma contestação, já nasceu defendendo ciência e tecnologia, principalmente ciência, pois, quando ela nasceu, em 1948, a tecnologia ainda não era uma palavra tão pública. E ela conseguiu criar no seu bojo a idéia de que associações são importantes. Eu tenho para mim que é importante as pessoas estarem associadas. Nós não temos uma tradição de que os associados trabalhem. E se precisaria criar essa idéia de que as coisas têm que ser discutidas por grupos de pessoas, que tenham interesses comuns ou conflitantes, por que não? A ciência vive disso, da crítica e da conscientização, não se tem verdades absolutas.

E eu vejo esse papel sendo desempenhado por muitas sociedades, que nasceram no bojo da SBPC. Eu acho que não existe nenhuma sociedade das grandes áreas que tenha sido criada fora da SBPC.

Outra função importante, para mim a mais importante que a SBPC desempenhou, foi no desenvolvimento das sociedades de ciências humanas. Ela ofereceu um pouso para o pesquisador isolado poder escrever seu trabalho e depois começou a oferecer espaço de organização para aquelas sociedades aparecerem e se fortalecerem. Ela tornou o pesquisador uma pessoa reconhecida, pelo menos entre os próprios pesquisadores. Porque muitos dos pesquisadores brasileiros exerciam a sua atividade isoladamente. Grande parte dos grandes nomes mais antigos trabalhavam sozinhos. A idéia de grupos, de assistentes, tudo isso é bem mais recente.

Esse apoio ao pesquisador levou a SBPC a se digladiar com a questão orçamentária. Então essa é uma preocupação muito grande. Algumas vezes ela venceu. Grande parte das vezes ela não conseguiu convencer aqueles que decidiam sobre orçamento. Ela fez várias tentativas nesse sentido, inclusive discussões no próprio Congresso Nacional, mas isto não chegou a mudar o rumo das coisas e até hoje se tem esse descalabro que é o limitado orçamento para a ciência e tecnologia. Nunca estivemos tão mal desde 1991.

"Deveria ser criada uma pesquisa remunerada sobre a realidade da psicologia no Brasil. Não é possível inventar cursos se não se tem o conhecimento."

independente do acompanhamento de uma sociedade científica. Então eles estão formando profissionais de toda ordem. Os cursos de pós-graduação, que deveriam ter a responsabilidade de acompanhar isso, também não estão respondendo, no sentido de que aqueles que se propõem a uma formação científica de pesquisador são poucos. A maioria se propõe à formação profissional e não tem a coragem de admitir que está fazendo isso para não ficar, dizem eles, numa segunda categoria. Isso é mortal para a psicologia.

CRP - Quando a senhora fala desse momento em que se discutia uma série de questões da psicologia como área científica, está se referindo a uma temática muito atual. As discussões de hoje são muito parecidas. De que forma a senhora pensa que essa discussão deveria estar sendo colocada hoje, e como pode ser articulada entre as entidades organizativas e universidades?

Carolina - Isso aí para mim já é doença da psicologia. Eu nunca assisti tantas vezes à mesma cena. Sempre que se tem um novo fórum, acaba se discutindo coisas que se discutiam em 1970. Estou convicta de que os Conselhos não podem fazer essa discussão sozinhos. Não é possível o Conselho discutir no fim da linha. Como é que ele pode discutir sem a universidade? Deveria ser criada alguma instância onde isso pudesse ser feito. Uma pesquisa remunerada sobre a situação real da psicologia no Brasil.

proposta do psicólogo ser auxiliar, e que nós lutamos contra com unhas e dentes, é a realidade hoje.

Necessidades, nós temos muitas, mas como é que se faz? Quantas pessoas já se formaram para trabalhar em clínica? Qual é a nossa produção em clínica? Criamos medidas? Criamos procedimentos? O que nós fizemos? Como é que nós tratamos das pessoas?

CRP - A psicologia, especialmente em períodos de crise social, serve para tudo. Os termos psicologia e psicológico tornam-se de senso comum e vemos um incremento das formas irracionalistas. Não só fora da psicologia, mas também dentro, há toda uma facilitação das coisas onde não se precisa ter grandes esforços teóricos, de pesquisa, de produção de conhecimento. A própria universidade abriu mão desse conceito fundamental que é o de pesquisa. E se a nossa área não está produzindo conhecimento, porque talvez tenhamos facilitado, tornado excessivamente elástico o conceito de pesquisa, como é que nós vamos fazer?

Carolina - É por isso que eu penso que precisaríamos ter antes o panorama do que é essa área de conhecimento que em geral, no mundo, se chama psicologia. O que ela está fazendo? Está estudando os deficientes? Está estudando a violência? Está estudando organização? Primeiro precisamos ver o que essa área oferece de instrumental para poder dizer como é que isso pode ser aproveitado por um profissional. A pesquisa não entra

CRP - Falando um pouco sobre as teses aprovadas no Congresso Nacional Constituinte da Psicologia, uma das questões mais polêmicas nos debates foi a discussão sobre o que deve ser privativo do psicólogo. Havia uma tendência de ampliação do espectro do que é privativo do psicólogo. Qual a sua opinião sobre esse assunto?

Carolina - Eu acho que se o psicólogo lida com gente, tem outros profissionais que também lidam com gente. Ele não pode ficar isolado. Esse privativo aí é uma excrescência. É uma coisa absurda no desenvolvimento científico. Quer dizer, hoje, conforme os problemas que você está estudando, você precisa de outras áreas para estudar e, portanto, para utilizar aquele conhecimento, você vai precisar de outros especialistas. Esse privativo aí era uma defesa de território que não se justifica mais.

CRP - Quando a senhora diz que é contra atribuições privativas para o psicólogo, naturalmente não desconhece que há uma especificidade em sua formação e atuação profissional. Como a senhora vê a questão do privativo "versus" o específico na atuação profissional do psicólogo?

Carolina - Pegando um exemplo extremo. Em muitos dos procedimentos que o psicólogo usa ele precisa de intermediários, ele precisa dos pais, ou um membro da família, da professora. Como é que se faz se não se ensina os procedimentos para essas pessoas? Quando você pega só o indivíduo, a idéia de um consultório, como é que você faz na hora que o psicólogo é chamado para reestruturar uma instituição? Ele não pode fazer sozinho, ele precisa ensinar a alguém procedimentos e esses procedimentos têm que ser usados por essa pessoa. Se não, como é que ele faz? Ele não vai poder atuar junto a cada membro dessa instituição. Numa intervenção numa escola, ou num bairro, por exemplo, como é que ele faz, se estiver sozinho?

É claro que eu estou dando um exemplo extremo, mas acho que não tem sentido nisso. E depois, o que a psicologia quer? Que as pessoas tenham uma vida melhor. A psicologia é para isso. Para que fazemos psicologia? Porque queremos que o conhecimento sobre o ser humano o leve a viver de maneira melhor. Isso devia ser conhecimento do indivíduo, para ele mesmo. Quer dizer, grande parte do conhecimento da psicologia devia ser conhecimento para cada um.

CRP - Eu vou dar um exemplo também extremado. O curso de serviço social da PUC de São Paulo tem a disciplina psicoterapia familiar. Eles defendem essa idéia porque atuam com famílias. Como é que fica quando se faz essa passagem de uma área de atuação para outra, que exige um conhecimento específico?

Carolina - Eu acho que todas as profissões têm esse problema, onde começa o profissional e onde vai o leigo. Mas a lei não vai impedir que isso aconteça, porque é uma questão de formação. Lembrando a história, os assistentes sociais são os primeiros a reclamar da lei.

Eu não vejo nenhum mal, ao contrário, eu acho que é um avanço eles estarem aprendendo isso. Porque eles realmente lidam

com a família. O psicólogo não está indo na família. Então, quem é que vai fazer esse trabalho? Agora, esse trabalho não deveria ser feito por um assistente social isoladamente. Nisto, eles estão errando na formação do assistente social.

Ele está fazendo porque não tem outro para fazer. Se não tem outro, o fazer dele, desde que preparado, é bom. Ele está prestando um serviço.

Eu me baseio muito mais na exigência de formação, porque o psicólogo poderia trabalhar com o assistente social, desde que o assistente social fosse preparado. Mas eles têm uma aberração na formação. Todos eles se formam com o mesmo modelo, seja no Nordeste ou no Sul. Quer dizer, eles não dão importância aos fatores sociais e culturais da região onde trabalham. Isso não está no currículo. Eles têm um currículo-padrão. Mas o assistente social é um profissional mais indicado do que o psicólogo para estar trabalhando no dia a dia com a família, porque o psicólogo não vai fazer isso.

Acho que se deveria bater é pelo preparo daquele que vai trabalhar junto com o psicólogo. Assim como nós lutamos pelo

as técnicas do psicólogo são de uma origem que não tem nada a ver com a teoria do pedagogo.

Na minha opinião essa formação deveria ser feita no curso de psicologia, mas com a presença da educação mais maciçamente. Se começa com psi, tem que ser psicologia. Mas essa é uma questão de formação, porque se inventam novos nomes para problemas que são antigos.

Se o psicólogo trabalha com um médico que usa drogas, ele deve saber o que está acontecendo com aquele organismo, senão tudo o que ele fizer será em vão, e é uma área que dificilmente será ensinada nos cursos de psicologia. O sujeito nem sabe os nomes das drogas que os médicos usam e muito menos os efeitos das drogas. Eu acho que é realmente séria a questão da formação. Nós fomos para trás na formação do psicólogo.

CRP - Reiteradamente nas discussões sobre formação acabamos nos defrontando com o problema da autonomia universitária, um tema delicado que, invariavelmente, serve como justificativa para que entidades como os Conselhos não interfiram na

"O Conselho deve garantir que o profissional atenda à população. A autonomia das universidades não pode ser colocada na frente numa questão como essa"

melhor preparo do psicólogo, deveríamos lutar pelo melhor preparo dos outros. Fazer exigências. Porque se ninguém vai fazer é pior a situação.

CRP - Veja o exemplo da área de educação. A pedagogia não resolveu os problemas de educação escolar, a psicologia também não os resolveu. E como essas duas áreas de conhecimento não se dispõem à conversação, fica um vazio e se engendra uma nova profissão, chamada psicopedagogia. Em relação a isso, qual a sua opinião sobre a revisão da Lei 4119/62? A revisão deveria especificar de maneira ampla algumas questões que repercutem na formação, incluindo ou excluindo o que já está especificado como privativo?

Carolina - Esse é um problema das áreas onde a presença dos dois parceiros ou mais é absolutamente necessária. Nesse caso, você tem de um lado a própria natureza da pedagogia. A natureza da área de conhecimento não lhe dá instrumentos de intervenção, principalmente no Brasil, onde sempre se fez grandes teorizações, abominou-se a pesquisa e, além disso, discute-se mais os aspectos filosóficos da educação do que da intervenção.

Como é que se vai intervir? Porque esse "psicopedagogismo" de que se está falando é para intervenção. Então, ele vai usar o psicólogo como aquele que usa as técnicas para intervir. Isso nunca vai dar certo, porque

formação. Qual, na sua opinião, deveria ser o papel e a conduta de entidades como o Conselho no sentido de contribuir para a discussão sobre a formação?

Carolina - É preciso acabar com o Conselho Federal de Educação. A filosofia toda dessa situação deriva deles. Nós, sem dúvida nenhuma, precisamos de outros órgãos centrais de educação, que sejam flexíveis. Ninguém entende a continuidade desse Conselho Federal de Educação. Porque nada daquilo que eles decidem acontece, a não ser as licenças para funcionarem instituições. Ele não se alimenta de dados. Não levanta dados.

E temos a ausência de um órgão que discuta os problemas da educação. O Conselho Nacional da Educação, pensado pelo Anísio Teixeira, não vingou, mas isso daria a verdadeira autonomia para as universidades. A proposta era distinguir as instituições que querem se estabelecer realmente como universidades daquelas que querem ser escolas de ensino superior.

A universidade deve ter certas características. E deve querer melhorar o profissional que ela está formando, mas ela perdeu isso de vista. Porque o que acontece é que, como existe um currículo mínimo, segue-se esse currículo e é como se a função estivesse cumprida.

A autonomia está sendo discutida muito mais em termos financeiros. A universidade está desvairada atrás de dinheiro. Está procurando patrocinadores para tudo o que faz, porque não dá mais. Para que a autonomia

seja verdadeira, para que a universidade passe a se distinguir nessa ou naquela área - não precisa ser em todas as áreas - vai depender dela assumir esse papel, independente do órgão que fica lá em cima. Só assim é que se teria a possibilidade de se fazer realmente experiências acompanhadas de currículo. Quer dizer, a própria universidade se empenhar nisso e se distinguir pelas pesquisas que faz, pelo conhecimento que produz e pelos profissionais que forma. Mas isso a gente não vê nas universidades.

CRP - Nós temos hoje no Brasil em torno de 120 a 125 faculdades de psicologia. Em São Paulo, estamos com 35 e, até o final do ano, se passarem mais quatro pedidos, vamos para quase 40 cursos. Por outro lado, temos um cálculo de 35 a 40% de profissionais desempregados na profissão. E tem ocorrido coisas absurdas dentro das faculdades, principalmente nas particulares, que continuam sem acompanhamento, sem avaliação, sem fiscalização. A senhora imagina que os Conselhos Regionais de Psicologia deveriam proceder a uma avaliação de todas essas faculdades?

Carolina - Eu acho que esse é um papel que o Conselho deveria ter. O que o Conselho se propõe a fazer? Ele não se propõe a defender o profissional, mas a garantir que esse profissional atenda à população. Então, se há alguma dúvida, deve-se levantar os dados para ver o que está acontecendo. É muito sério isso, porque a autonomia das universidades não pode estar sendo colocada na frente numa questão como essa. Não se está falando do aluno, mas daquele que está fora, saído da universidade. E também não adianta instituir o exame de ordem, porque é somente mais um exame.

Erramos

Na entrevista da professora Silvia Lane, publicada na edição passada do Jornal do CRP (setembro/outubro), cometemos duas falhas, ambas na página 3. Quando a professora refere-se ao trabalho desenvolvido no Centro Regional de Pesquisa em Educação - CRPE, foi publicado que o coordenador do trabalho da área de sociologia do Centro era o professor Luiz Pereira. A informação correta é: quem coordenava o trabalho na área de sociologia do Centro era o professor Renato Jardim Moreira, a convite do coordenador-geral do Centro, Fernando Azevedo.

Um pouco mais à frente, quando a professora comenta sobre a criação do programa de pós-graduação em psicologia social da PUC, faltou a informação de que o referido programa foi criado pela professora Aniela Ginsberg.

José Severo - Nasc. 05/05/22
Falec. 25/09/94

Sobre o Severo

José Leon Crochik

Quando o professor José Severo faleceu, em setembro deste ano, o Jornal do CRP pretendia entrevistá-lo, a exemplo do que vimos fazendo em todas as edições com profissionais que, por sua atuação, deram importantes contribuições ao desenvolvimento da psicologia no Brasil. Nessa entrevista pretendíamos mostrar um pouco das idéias de Severo e “explorar” seus conhecimentos em estatística, pedagogia, psicologia, discutindo questões de relevância, como a psicologia experimental, os testes de personalidade e as técnicas alternativas, temas sobre os quais sempre demonstrou interesse e que estão, cada vez mais, na ordem do dia para os psicólogos. Foi por esse motivo e para termos uma imagem desse professor de grande parte dos profissionais que hoje atuam no mercado que José Leon, amigo e ex-aluno, escreveu o artigo que publicamos a seguir.

Conheci o Severo em 1975, como seu aluno na disciplina Introdução à Estatística no Instituto de Psicologia. A sua fama, contudo, precedera a experiência, pelo quanto os alunos que já tinham tido contato profissional com ele, com um certo orgulho, transmitiam a imagem de pai severo, mas suave na própria severidade. Contato profissional, no entanto, não é uma expressão que faça justiça àqueles que tiveram a oportunidade de conhecê-lo. Na racionalidade das regras que estabelecia em nome da instituição que representava por adesão - não a que existia, mas a que ele se empenhava para que existisse - encontravam-se as suas marcas pessoais, a mais presente, a do empenho na luta por uma sociedade racional que permitisse uma vida digna e justa.

Quando dizia que nem a morte poderia justificar o atraso na entrega dos exercícios que tínhamos que fazer em casa, já mostrava o apego à vida: a morte não justifica a paralisia da vida, é contra esta que devemos lutar. Acaso a sua luta por permanecer na Universidade mesmo após a aposentadoria compulsória não era a luta contra a morte em vida? Contra a piedade e a favor do movimento do Esclarecimento, Severo recusava-se a deparar com a incapacidade, com a ignorância, com a burrice, mas não se tratava de intolerância, pois pacientemente se empenhava em dissuadir todas as dúvidas, inclusive as mais banais.

O seu instigante bigode, cuidadosamente espalhafatoso, escondia o sorriso que aparecia sempre que um argumento imbatível era por ele proferido. O prazer da argumentação racional que afirma o homem que representava tem paralelo com o Detetive Poirot, personagem de Agatha Christie, mas a semelhança só provinha do bigode e do orgulho da razão. A sua sala do Instituto de Matemática e Estatística mostrava uma desorganização própria somente àqueles que têm uma organização interna que permite enfrentar o caos da realidade.

Se foi através da Estatística que pude conhecê-lo, esta era a porta de entrada de um mundo coerente e obstinado contra as incoerências sociais. Protótipo do pensador iluminista, a sua cultura se manifestava em diversas áreas, entre as quais se encontram traduções impecáveis, como “Educação: luta de classes” de Anibal Ponce e “Educação Comparada” de Nicholas Hans, às quais não faltaram as críticas mordazes do tradutor, expostas para colocar o pensamento frente a realidade em seu devido lugar.

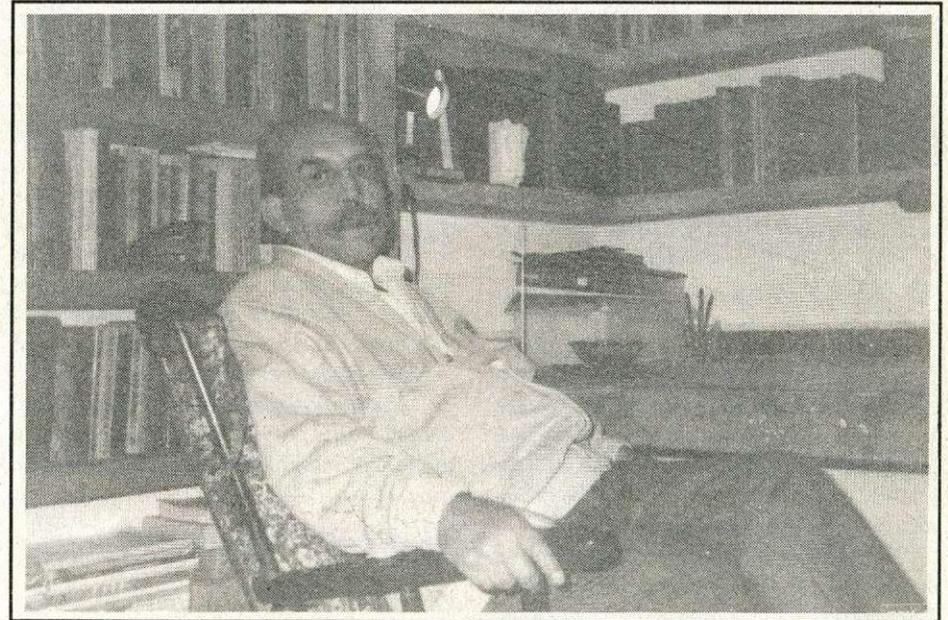


Foto - Arquivo de família

Ateu já na infância, esboçou a sua entrada na Psicanálise, segundo me relatou, e não deixava de pensar na desrazão humana como algo naturalmente a ser enfrentado: “O homem age segundo a lei do mínimo esforço”, segundo dizia. Mas a sua própria vida desmentia esta lei.

Algo o aproximava da Psicologia. A desrazão deve ser objetivada para ser combatida. Nas diversas histórias que corriam sobre ele, e ainda hão de correr, o seu lado generoso se pronunciava; a percepção do sofrimento alheio e a sua disposição em auxiliar foram marcantes. Contrário a qualquer dogma cristão, não negava a verdade da fraternidade. A Bíblia, segundo me disse uma vez, era uma obra humana interessante.

Sou um testemunho vivo do poder de suas lições, entre as quais a separação e distinção entre o rigor e a rigidez; se o primeiro pode se mostrar como máscara da segunda é, também, o seu antídoto: o rigor do pensamento é adversário da rigidez do comportamento.

Nestas lembranças permeadas pelas experiências que tive com o Severo não podem ser ocultados os momentos de minha deslealdade, que têm que ser chamados pelo nome. Em uma ocasião, os alunos da Psicologia fizeram um movimento para retirá-lo da disciplina; movimento em causa própria, segundo eu supunha que ele diria, mas que eu digo plenamente. Eu soube do movimento enquanto aluno da Pós-Graduação na época, e afora conversas individuais com alguns alunos, não dei meu testemunho na assembléia dos alunos, tal como mais tarde me cobrara o mestre. Felizmente não foi preciso: a solidez que ele

representava para o Instituto, enquanto um professor digno do nome, fora suficiente para debelar qualquer voz contra a razão. Não sei o que o feriu mais: a rebelião infundada ou a deserção inesperada, mas o evento mostra que de maneira alguma se mostrava onipotente.

Após a sua aposentadoria compulsória, contra a qual lutou e saiu-se parcialmente vitorioso, fui encarregado junto com outro colega de prestar homenagens a ele em nome do Instituto, que reconheceu com todas as letras a importância que tivera na formação de nossos alunos e de vários de seus professores. Contudo, me pergunto hoje se esta homenagem não seria o reconhecimento da morte em vida, que significava a aposentadoria contra a qual lutou.

Obviamente, com este texto não pretendo homenageá-lo, posto que toda homenagem traz consigo a idealização do homem e, de alguma forma, a morte de seus ideais que podem conter os gritos de socorro de uma razão, por demais concreta, para ser reduzida a meras idéias.

Tal concretude da razão que pede pelo desenvolvimento de uma sociedade racional perde em nosso meio um dos seus melhores representantes, para mim, o melhor que já pude conhecer. Cabe-nos prosseguir nesta luta não erguendo um pedestal a ele, posto que coerentemente era contra a idolatria, mas na luta contra a morte: a morte do pensamento, a morte da cultura, contra o sofrimento universal.

José Leon Crochik é doutor em Psicologia Escolar e Professor do IP-USP

Psicólogos discutem testes de avaliação



O CRP-06, em conjunto com entidades, escolas e representantes de empresas editoras, criou uma comissão para discutir a formalização de normas e procedimentos de certificação de qualidade para os testes psicológicos. A iniciativa surgiu em meados de julho passado, quando uma solicitação encaminhada ao Centro de Orientação do Conselho questionava a validade de testes aplicados em um concurso público, o que acabou gerando uma demanda judicial.

Além disso, com a entrada em vigor do Código do Consumidor e outros avanços sociais advindos com a Constituição de adequação dos instrumentos, no sentido de se buscar procedimentos transparentes e confiáveis. Como já existia a necessidade, demonstrada por inúmeros profissionais que aplicam testes psicológicos, de adequação de seu instrumento de trabalho à realidade brasileira, os diversos órgãos foram convidados a iniciar o processo de discussão. O grupo conta com a participação de representantes de vários segmentos e instituições, tais como a PUC - Pontifícia Universidade Católica, USP - Universidade de São Paulo, Senai - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, CRP, editores de testes, entre outros, para que juntos possam definir procedimentos e, num segundo momento, criar uma certificação nacional para os testes. De acordo com informações do representante do Senai, Nelson D'Angelo, "o trabalho da comissão será o de criar uma espécie de 'selo de qualidade' que comprove a eficácia dos testes, seja abalizado por um comitê integrado por entidades sérias e reconhecido pelos profissionais da área e pela opinião pública".

Com isso, a validade dos testes não poderá mais ser questionada. Hoje, com a ausência dessas normas e procedimentos, é comum o surgimento de contestações judiciais aos resultados dos testes aplicados por várias empresas, especialmente em concursos públicos, sob o pretexto de que estes instrumentos não seguem critérios científicos para descartar indivíduos num processo seletivo.

Nesses casos, geralmente quem acaba sendo responsabilizado é o psicólogo que, na maioria das vezes, não é o idealizador dos testes, mas apenas um profissional que deve seguir os critérios estabelecidos pela empresa

qual trabalha. Por isso mesmo o trabalho da comissão foi colocado entre as questões prioritárias para o CRP e as reuniões têm acontecido com intervalos de 20 a 30 dias, para discutir as questões mais emergentes e, num curto prazo, orientar os psicólogos sobre a melhor forma de agir.

A necessidade de providências rápidas fica comprovada se observada a situação dos psicólogos que atuam no recrutamento de policiais, bombeiros e outros profissionais que exercem tarefas de risco ou podem causar danos a pessoas, se não estiverem aptos para o exercício de suas funções. Não é preciso buscar estatísticas para comprovar a problemática existente nesse setor da sociedade, a própria imprensa relata histórias desastrosas todos os dias. Também nessas corporações o psicólogo geralmente não é quem elabora os testes, mas apenas tem a responsabilidade de aplicá-los, segundo os critérios estabelecidos pela instituição. Talvez menos explorados pela mídia, mas não menos importantes, há, também, os casos dos psicólogos que trabalham no trânsito, na educação e em outras áreas.

Nesse aspecto torna-se ainda maior a importância de estabelecer normas e procedimentos, pois, embora existam muitos testes no mercado e já sejam feitas exigências em relação a sua validação, não existe nenhuma certificação nos moldes da que a comissão pretende criar. A literatura sobre o assunto existente no país foi baseada nas normas da APA (Associação de Psicologia Americana) - entidade criada na década de 50 para frear a discriminação racial de negros e hispânicos nas empresas norte-americanas e permitir a participação igualitária dessas pessoas no mercado de trabalho - e em outros manuais consultados pelos editores de livros de testes psicológicos.

Mudança de perspectiva

Por outro lado, o trabalho da comissão pretende se constituir num reforço ao conhecimento dos instrumentos da psicologia, partindo do princípio de que com esse aprimoramento o profissional poderá se inserir melhor nos grupos ou instituições onde esteja atuando.

Uma questão considerada fundamental para a atual gestão do CRP é a visão de que os testes aplicados numa avaliação psicológica não "habilitam" ou "desabilitam" o candidato, mas devem servir para o seu enquadramento num determinado perfil, de acordo com as exigências de cada caso. Em outras palavras, a comissão quer mudar a visão excludente que se tem desses instrumentos para uma perspectiva mais real, onde eles servem para incluir candidatos segundo um perfil procurado em determinado momento.

Na opinião do representante do Conselho Federal de Psicologia, Álvaro Trujillo, a grande vantagem desse trabalho é que os integrantes da comissão poderão se basear no material disponível no mercado e em países do primeiro mundo para estabelecer o que já existe e o que será adotado e readaptado. Para ele, no entanto, é preciso que fique clara a diferença entre buscar certificação e definir normas para resguardar procedimentos dos psicólogos. "Pode-se até criar normas diferentes por regiões, mas a intenção é obter uma certificação cada vez mais ampla", explica.

Para agilizar os trabalhos, o CRP vem pesquisando a documentação e legislação existente, inclusive em outros países, para que a comissão tenha subsídios e possa adequar as normas à nossa realidade.

Desde julho a comissão já mostrou avanços. Um exemplo é a realização de uma cartilha, que possa servir de baliza para os psicólogos, com vários tipos de testes e a exemplificação de situações para as quais eles são mais adequados. Esse produto será distribuído para escolas de psicologia, estudantes e profissionais da área.

Ao mesmo tempo, a comissão lembra que os testes não podem ser vendidos para leigos, para resguardar seu caráter sigiloso, pois eles são instrumentos privativos dos psicólogos. Além disso, o CRP tem outras alternativas para fazer avançar a iniciativa, como estreitar o relacionamento com entidades de psicologia de outros países, como Inglaterra e Suécia, para a obtenção de outros manuais de procedimentos.

Enquanto a comissão vence as etapas preliminares do trabalho, o CRP se encarregará também de orientar os profissionais que utilizam testes, através do Centro de Orientação, para que eles sigam procedimentos mínimos, já de consenso da comissão, e saibam como lidar com as questões emergenciais. Os psicólogos serão também orientados a arquivar os resultados para uma eventual necessidade de defesa judicial. Como ainda não se sabe quanto tempo será necessário até o resultado final deste trabalho, na medida em que novas decisões forem tomadas as informações serão divulgadas para que psicólogos e editores possam adequar-se às recomendações.

A Comissão de Normas para Procedimentos de Avaliação Psicológica é composta por: Udo Güntert (Centro Editor de Testes e Pesquisas em Psicologia), Glauco Bardella (Vetor Editora), Glauco Piovani (Edites), Marcos Bruno (Instituto Pieron), Nelson D'Angelo (Senai), Ingo B. Güntert (Casa do Psicólogo), Professora Irai Cristina B. Alves (USP), Professor Antonio Carelli (USP), Professora Elizabeth Montagna (PUC), Professor Oswaldo Barros Santos, Álvaro Trujillo (CFP), Márcia T.A. S. Spínola (CRP).

Os profissionais que tiverem interesse em contribuir com os trabalhos da Comissão ou quiserem orientação sobre as questões levantadas podem dirigir-se à Comissão através do Centro de Orientação pelo telefone do CRP-06 : 574- 7133.

Sociedade organizada quer mudar a cara do Brasil

Em 1993, em um relatório intitulado "Os direitos humanos no Brasil", o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo e a Comissão Teotônio Vilela publicaram dados alarmantes sobre a violência policial no país. De acordo com o relatório, a polícia de Nova York, considerada uma das mais violentas do mundo, mata em média 31 pessoas por ano. A polícia paulista mata 20 vezes mais. Enquanto em Nova York a polícia fez 20 vítimas fatais no ano de 1991, em São Paulo, no mesmo período, a estatística indicava um total de 1140 pessoas. Isso sem falar no enorme número de mortes cometidas por grupos de extermínios, grandes proprietários de terras ou em conflitos privados.

Não é para menos. O Brasil ocupa hoje o vergonhoso 70º lugar no ranking mundial de desenvolvimento social, de acordo com

o relatório anual da Organização das Nações Unidas. E, apesar de ser a 10ª economia, ainda de acordo com o mesmo relatório, apresenta uma das maiores concentrações de renda do mundo. Como se isso não bastasse, o Estado está falido e a política de segurança pública ainda mantém os princípios da Emenda Constitucional nº 7 de 1977, mais conhecida como "pacote de abril", que estabeleceu que a competência para julgamento de crimes praticados por policiais militares nas atividades de policiamento caberia às justiças militares estaduais. Em outras palavras, a impunidade facilita o uso da força de forma indiscriminada e garante que o direito humano mais básico, o direito à vida, seja violado a todo instante no país.

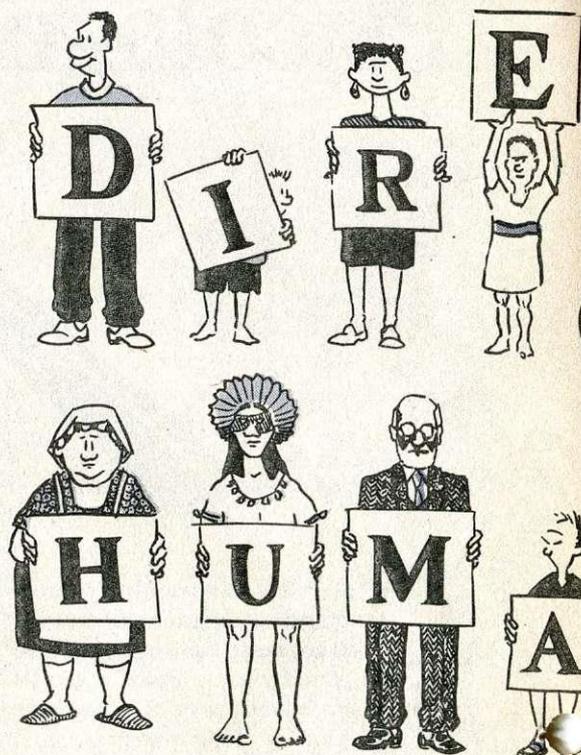
Esses dados, embora não pretendam traçar o panorama completo da situação dos direitos humanos no Brasil, servem

como amostra da situação nestas paragens, onde a questão engatinha e os resquícios da ditadura militar dão indícios de que um longo caminho ainda deve ser percorrido até que os direitos mais básicos sejam respeitados. "A ditadura acabou no âmbito político, mas em muitos setores da administração pública isso não aconteceu. A herança da polícia militarizada sem dúvida alguma implica a continuidade do autoritarismo, principalmente nos setores menos favorecidos da população, que não têm condições de fazer valer seus direitos", opina Carlos Weis, procurador do Estado e secretário-geral do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. A polícia militarizada, contudo, não é a única herança que a ditadura deixou para a sociedade brasileira. As demissões por perseguição política continuam acontecendo, apesar de ilegais. Caso exemplar é o da psicóloga Áurea Rodrigues Caproni, sumariamente demitida do Poder Judiciário em Santo André, por sua atuação como diretora do SINJESP - Sindicato dos Judiciários do Estado de São Paulo (*veja quadro ao lado*).

"Existem basicamente duas categorias de violação de direitos humanos: pela ação do Estado, ou pela omissão do Estado", explica o procurador. É claro que isso não significa que quando um marido mata a mulher não esteja ferindo um direito básico. Mas quando as arbitrariedades são cometidas pelos próprios agentes do Estado, que deve proteger a vida do cidadão, a situação torna-se bem mais grave e configura o que nos meios jurídicos é conhecido como graves violações dos direitos humanos.

Avanços

De qualquer forma, houve avanços desde a época da ditadura militar. Se naqueles tempos a militância precisava estar mais voltada para a defesa de direitos políticos e contra o autoritarismo, com a queda do regime militar os movimentos



ampliaram sua atuação e passaram a abordar também causas mais ligadas ao cotidiano do cidadão comum.

Os movimentos da sociedade organizada foram se ampliando e passaram a olhar para outra categoria de direitos humanos, também deixada de lado pelo Estado, mas que arrasta a população para um dia a dia doloroso e sacrificante. Nesse segundo grupo estão as arbitrariedades cometidas pela omissão do Estado nas repartições e órgãos públicos.

É o caso dos postos de saúde que não funcionam, escolas em condições precaríssimas, hospitais psiquiátricos que submetem seus internos a maus tratos e à falta de um projeto terapêutico, para citar apenas alguns exemplos. Trata-se, geralmente, de serviços públicos que as camadas mais favorecidas da população não utilizam. "As arbitrariedades cometidas contra a população carente são enormes, a gente não percebe porque não utiliza esses serviços. A população ainda é tratada como pedinte em todos os órgãos públicos em geral. Não há uma relação de cidadania efetiva entre a população e o serviço público", completa Weis.

Ainda que a impunidade continue à solta, no entanto, a população hoje assume outro tipo de postura e contra-ataca com entidades organizadas (*veja quadro à pág. 10*). Desde o fim dos anos 80, os movimentos começaram a se organizar, principalmente as minorias marginalizadas, como o movimento feminista, movimento negro ou o movimento de homossexuais. E, mais recentemente, também ganharam força os movimentos de moradores de bairros, o dos sem-terra, entidades de defesa dos usuários do sistema de saúde mental, moradores de rua etc.

"Eu acho que o estado de direito democrático é realmente a nossa

Arbitrariedade de juiz provoca demissão de psicóloga em Santo André

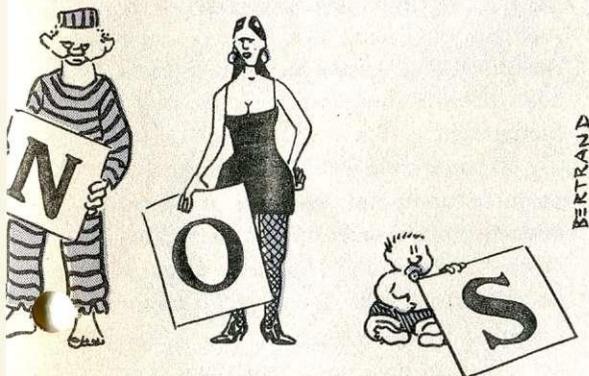
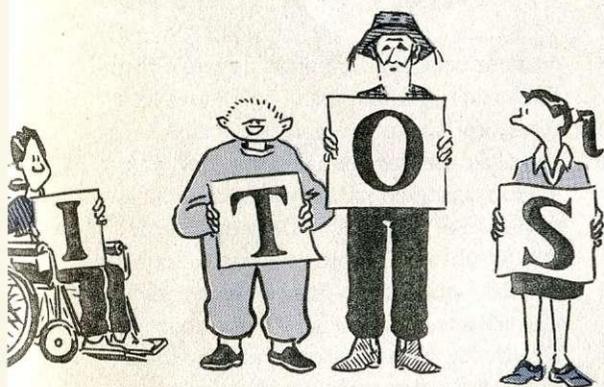
A psicóloga Áurea Rodrigues Caproni foi demitida do Poder Judiciário em Santo André quando estava em licença para tratamento de saúde. A demissão é ilegal e de acordo com documento enviado ao CRP-06, assinado pela psicóloga Victória Sitta, Áurea "está sendo perseguida pelos juizes do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, sendo, inclusive, impedida de continuar seu tratamento de saúde no hospital do servidor".

A situação da psicóloga se agrava porque, além de funcionária concursada do Poder Judiciário, ela é também diretora do SINJESP - Sindicato dos Judiciários do Estado de São Paulo. Seu estado de saúde requer cuidados. Ela perdeu os dois rins e necessita realizar um transplante o mais rápido possível.

No dia 1º de julho a psicóloga entrou com petição no fórum João Mendes, em São Paulo, pedindo anistia. O documento tem base na Lei 8632/93, sancionada pelo presidente Itamar Franco, que concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais punidos por motivação política.

Os psicólogos da região estão fazendo uma campanha pela imediata reintegração de Áurea Rodrigues ao Poder Judiciário, além do pagamento de todos os salários e demais direitos trabalhistas em atraso. Foi organizado um comitê contra a perseguição e pela reintegração da psicóloga. Nas primeiras três semanas de campanha já haviam sido enviadas 350 mensagens para o Tribunal de Justiça.

Os dirigentes da campanha solicitam a participação da sociedade, enviando mensagens para o desembargador José Alberto Weiss de Andrade. As correspondências deverão ser endereçadas para o Palácio da Justiça, à Praça da Sé S/N, São Paulo. CEP 01020-901. Após o envio da mensagem, uma cópia deverá ser enviada ao Comitê contra a perseguição política e em defesa da reintegração da companheira Áurea, no endereço: Rua Tenente Landy, 300 - Lapa de Baixo - S P - Capital. CEP 05068-020 ou pelo fax (011) 260-7611.



Os direitos humanos continuam sendo desrespeitados a todo instante no Brasil, mas a sociedade, a cada dia, demonstra maior consciência da necessidade de se organizar em entidades que denunciam os desmandos e fazem com que a questão ganhe adeptos em várias camadas da população.

sustentação. A nossa sociedade está perpassada pela questão da violência, mas eu considero que se não fosse a atuação das entidades de direitos humanos, todas elas, talvez pudesse ser pior a situação hoje em dia, porque não haveria a voz organizada de protesto". A opinião é da ex-presidente da Comissão Teotônio Vilela Maria Inês Bierrenbach. Foi justamente através da Comissão Teotônio Vilela que a questão dos direitos à saúde mental veio à tona, quando em 1983 sete detentos do Manicômio Judiciário Franco da Rocha foram mortos pela Polícia Militar do Estado quando tentavam fugir.

A comissão foi criada a partir desse episódio e, desde então, está muito ligada à defesa dos direitos dos usuários do sistema de saúde mental "até porque o sistema de atendimento de saúde mental é muito semelhante e guarda uma reciprocidade muito grande com o sistema penitenciário, com o sistema de atendimento ao jovem infrator, porque todas as instituições fechadas realmente tendem a reproduzir um tipo de violência muito grande", afirma Maria Inês.

A luta das entidades de saúde mental, por sinal, é um bom exemplo da evolução da luta pelos direitos humanos. Desde que vários grupos organizados começaram a se bater pelos direitos dos internos nas instituições psiquiátricas, mostrando à sociedade que a causa também é uma questão de direitos humanos e desembocando no movimento antimanicomial, muitas vitórias já foram alcançadas e hoje, além dos portadores de

sofrimento mental, o movimento conta também com a participação de familiares, profissionais da área e da sociedade em geral. Sobre isso, na opinião de Isabel Cristina Lopes, coordenadora do SOS Saúde Mental, "o que se nota é que existem grupos marginalizados, como idosos, homossexuais, dependentes de drogas e outros, que apresentam variáveis que contribuem para que o sofrimento mental seja maior. O movimento ampliou o conceito da saúde mental para a questão do sofrimento humano e para uma luta mais ampla por mudanças de relações sociais que implicam também mudanças na qualidade de vida e nas relações subjetivas da pessoa".

Por outro lado, também se pode notar avanços no que diz respeito às questões legislativas. Para acabar com a impunidade que protege os policiais militares em todo o país, os deputados federais Hélio Bicudo (PT-SP) e Cunha Bueno (PFL-SP) estão propondo projeto de lei, modificando o Código Penal Militar (veja quadro nesta pág.). A Constituição de 1988, considerada uma das mais modernas do mundo em termos de avanços sociais, fala, em vários de seus artigos, em direitos e garantias individuais. E para chegar a isso foi necessária muita luta das entidades, as maiores responsáveis pela ênfase na questão dos direitos humanos.

Mas não foi somente para conseguir aprovar mudanças na Constituição que as entidades se organizaram em luta conjunta. Desde o massacre de 111 presos na Casa de Detenção em São Paulo, em outubro de 1992, que provocou a revolta da população, ficou claro que era necessário reforçar a luta. Começou então uma pressão de entidades e da sociedade civil sobre o Governo de São Paulo, que depois de muita

resistência não teve como protelar mais e acabou fundando o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. O Conselho, formado por 10 conselheiros, congrega oito entidades para fiscalizar as ações do poder público estadual e funciona como um órgão independente do Estado. "A criação do Conselho foi uma grande vitória na luta pelos direitos humanos. É a primeira experiência em âmbito nacional de um conselho estatal, cuja maioria é da sociedade. Sua implantação foi precedida de uma grande batalha, porque não era do interesse do governo estadual", explica seu secretário-geral, Carlos Weis.

Da mesma forma, foi montada uma comissão de entidades para apurar os acontecimentos da Clínica São Marcos, em Mauá, instituição psiquiátrica onde houve

denúncias de que internos teriam sido mortos e jogados no lago. De acordo com informações da coordenadora do SOS Saúde Mental, a comissão está estudando os fatos e deverá encaminhar o caso inclusive para organismos internacionais, se necessário.

É esse justamente o trunfo dos vários movimentos: o trabalho em conjunto na base da pressão política. É daí que vem grande parte de seu poder de fogo, conforme explica Maria Inês: "A pressão política é muito importante, principalmente considerando que hoje no Brasil temos nomes importantes mobilizados pelos direitos humanos. E de outro lado eu entendo que temos que recorrer à justiça. E recorrer não somente em termos locais, mas eventualmente em termos internacionais, como a Teotônio Vilela tem feito".

Projeto de Lei pode acabar com impunidade de militares

Para coibir os abusos praticados por policiais militares, os deputados federais Hélio Bicudo (PT-SP) e Cunha Bueno (PFL-SP) redigiram o projeto de lei 3321 de 1992, que propõe a revogação da letra "f" do artigo 9º do Decreto-Lei nº 1001/69 (Código Penal Militar). De acordo com a alteração proposta, os policiais militares não terão mais a proteção da Justiça Militar quando cometerem crimes no exercício de sua função, ficando submetidos à justiça comum.

O projeto já foi aprovado na Câmara dos Deputados e aguarda apreciação do Senado Federal. De acordo com a justificativa dos deputados para apresentação do projeto, "é público e notório que as Polícias Militares dos Estados vêm caracterizando sua conduta nas funções específicas pela extremada violência, no serviço de policiamento". Ainda segundo o texto a modificação colocará fim aos desmandos que o Brasil vem assistindo.

Conheça o Projeto-Lei na íntegra:

Artigo 1º - Fica revogado o dispositivo na letra "f" do inciso II do artigo 9º do Decreto-Lei nº 1001, de 21 de outubro de 1969.

Artigo 2º - Ao artigo 9º do Decreto-Lei nº 1001, de 21 de outubro de 1969, acrescenta-se o seguinte parágrafo único:

"Oficiais e praças das polícias militares dos Estados, no exercício de funções de policiamento, não são considerados militares para efeitos penais, sendo competente a justiça comum para processar e julgar os crimes cometidos por ou contra eles."

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Esse tipo de pressão tem se mostrado eficaz, principalmente depois que o Brasil passou a ser signatário do pacto de San José, em vigor desde 1978. De acordo com esse pacto, que criou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, é possível exigir que os países cumpram com a Convenção Americana de Direitos Humanos.

Falta de informação ou conservadorismo?

Apesar das lutas deste ou daquele segmento, ainda não se pode dizer que a sociedade como um todo esteja organizada em torno de seus direitos e que esses já tenham deixado de ser questão distante para habitar o cotidiano do brasileiro. A classe média brasileira, sem tradição de organização e luta, não assume bandeiras, o que acaba por dificultar o processo das coisas. "Eu acho que realmente falta extrapolar esse âmbito das entidades e passar a discussão para a sociedade como um todo. E aí é uma questão de cultura, de mentalidade. Os brasileiros desconhecem os direitos básicos de cidadania. Vai ser preciso realmente dar continuidade a esse processo para que a gente chegue lá", pondera Maria Inês.

Um bom exemplo da distância com que o assunto é tratado é a ausência, em quase todas as Faculdades de Direito do país, da disciplina que trata dos direitos

humanos. A única exceção é a PUC de São Paulo, onde a cadeira foi recentemente criada. Em países desenvolvidos existe não só a matéria, mas verdadeiros departamentos nas universidades para tratar da questão, como em Harvard ou Columbia. Com isso cria-se um círculo vicioso em que as autoridades que tratam do assunto, como advogados e juizes, geralmente desconhecem a matéria em toda a sua profundidade e extensão. Para Maria Inês Bierrenbach, que cita como exemplo o Estatuto da Criança e do Adolescente, à exceção dos promotores públicos, que avançaram nos últimos anos na compreensão do tema, "não tem advogado nem juiz preparado para entender a dimensão ampla da questão".

Opinião semelhante é defendida por Carlos Weis, para quem a questão deve ser vista no contexto mundial do direito internacional. "As faculdades de direito no Brasil, por falta de informação ou por conservadorismo, não incluem no seu currículo um setor do direito que existe, e

existe juridicamente." Explicando melhor, desde 1988, com a promulgação da Constituição, o Brasil ratificou todas as normas internacionais de respeito aos direitos humanos, o que equivale a dizer que, desde então, essas leis internacionais devem ter força de lei também aqui dentro das fronteiras brasileiras.

"O que acontece é que desde a época da segunda guerra mundial não se concebe mais a organização do mundo sem respeito aos direitos fundamentais da pessoa. A realidade demonstrou que não é fácil implementar isso, mas existe, desde 1945, um movimento mundial muito grande no sentido de criar uma comunidade internacional baseada em valores universais de respeito à pessoa humana, calcada em Normas Jurídicas Internacionais, e que desde 1988, graças ao artigo 5 parágrafo segundo da Constituição Federal, valem como direito interno no Brasil", explica Weis.

Mesmo lutando contra todas essas dificuldades, e ainda que de forma tímida, as entidades têm conseguido avanços

significativos também do ponto de vista da pesquisa e estudos. O Núcleo de Estudos da Violência da USP, por exemplo, é uma entidade dedicada à pesquisa na área e tem fornecido subsídios para muitas causas das entidades. Outro exemplo alentador é o curso de direitos humanitários que vem sendo ministrado na Academia de Polícia do Estado de São Paulo. "E por que direitos humanitários? Talvez porque o termo direitos humanos não fosse bem entendido na academia de polícia hoje. Mas o conceito de direitos humanitários é internacional. Então, com esse entendimento diverso, se introduziu a questão na Academia de Polícia. Aos poucos se inicia esse diálogo com a Academia, que é o maior foco de resistência aos direitos humanos", comemora Bierrenbach.

E também no âmbito internacional já se pode computar vitórias. A Corte Interamericana já se reuniu para julgar casos ocorridos em território brasileiro, como o do 42º Distrito Policial, em que 50 presos foram trancafiados numa cela de dois metros por 1,5, com uma única janela que, por estar quebrada, não abria. Morreram 18. Os responsáveis, um carcereiro, um investigador e um delegado, foram julgados pela justiça brasileira. Na justiça comum o carcereiro foi condenado a 516 anos de prisão e o investigador a 45, com direito a novo julgamento por dispositivo legal. Mas o delegado mandante do crime foi absolvido. O promotor recorreu e o processo está em andamento, tanto na justiça brasileira quanto na Corte Interamericana. As entidades estão se articulando para que não vença a impunidade. "Nós temos acompanhado esse caso muito de perto. Acompanhamos o processo e sempre que está para haver julgamento relembramos o caso junto à imprensa, fazemos uma manifestação das entidades de direitos humanos para não cair no vazio e no esquecimento. Porque senão todos teriam sido absolvidos", afirma Bierrenbach, mostrando, definitivamente, que contra a burocracia e ineficiência da justiça brasileira a arma mais eficaz é a organização da sociedade como um todo, até que a impunidade seja apenas uma realidade do passado na história brasileira. E não há como ignorar que, além dessas entidades, uma outra forma da sociedade se organizar e tomar consciência de seus direitos é através dos Conselhos Profissionais. Embora tenham sido criados no período da ditadura e, por isso mesmo, com um caráter mais fiscalizador da classe, os Conselhos hoje começam a resgatar seu verdadeiro papel, que é o de garantir à sociedade a prestação de um bom serviço. E na ponta dessa relação está o profissional que, por trabalhar diretamente com a população, tem uma visão bem realista dos problemas que vive o brasileiro devendo, portanto, se posicionar quanto às limitações impostas pelas políticas públicas em vigor.

Os Conselhos Profissionais, por sua posição estratégica, podem cumprir importante função na defesa dos direitos humanos.

Conheça as organizações de direitos humanos que estão atuando perto de você

São Paulo

Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do ABC
R. Marechal Deodoro, 2485, sala 3 - São Paulo - CEP 09710-193

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
Rua Libero Badaró, 119 - 13º andar - Centro - SP
CEP 01009-000

Centro Santo Dias de Direitos Humanos
Av. Higienópolis, 890 - SP - CEP 01238-000

Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
Rua Eloi Cerqueira, 46 - São Paulo - CEP 03937

Comissão de Direitos Humanos da OAB
Praça da Sé, 385 - 4º and - SP - CEP 01001-000

Núcleo de Estudos da Violência da USP
Rua do Anfiteatro, 181, Colméia, Favo 11 - Cidade Univers. - São Paulo - CEP 05508-000

Comissão Teotônio Vilela
Rua do Anfiteatro, 181 Colméia, Favo 11 - Cidade Universit. - S. P. - CEP 05508-000

Comissão Justiça e Paz
Av. Higienópolis, 890 - Sala 23 - SP
CEP 01238-000

Grupo União e Consciência Negra
Av. Ipiranga, 1267 - 8º and. - SP
CEP 01039-000

União de Mulheres de São Paulo
Rua Coração da Europa, 1395 - SP
CEP 01314-000

Conselho Tutelar de São Paulo
Rua Guaicurus, 1000, sala 58 - São Paulo
CEP 05033-002

Grupo Tortura Nunca Mais
Rua Frei Caneca, 986 - S P - CEP 01307-000

SOS Saúde Mental
Rua Prof. José de Souza, 256 - Ermelino Matarazzo - SP - CEP 03801-010

Mato Grosso

Mov. Nacional de Meninos e Meninas de Rua
Av. Mato Grosso, 734 - Araés - Cuiabá - CEP 78005-030

Mov. Popular de Saúde
Av. Isaac Póvoas, 463 - SI 103 - Cuiabá - CEP 78005-560

Centro de Direitos Humanos
Rua Batista das Neves, 627-A - Cuiabá - CEP 78010-110

Pastoral da Criança
Av. Dom Bosco, 861 - Centro - Cuiabá - CEP 78020-600

Mato Grosso do Sul

Conselho Estadual dos Direitos Humanos
Av. Ernesto Geisel, 5005 - Amambai - Campo Grande - CEP 79008-410

Conselho Estadual dos Direitos do Negro
Av. Ernesto Geisel, 5005 - Amambai - Campo Grande - CEP 79008-410

Conselho Estadual dos Direitos do Índio
Av. Ernesto Geisel, 5005 - Amambai - Campo Grande - CEP 79008-410

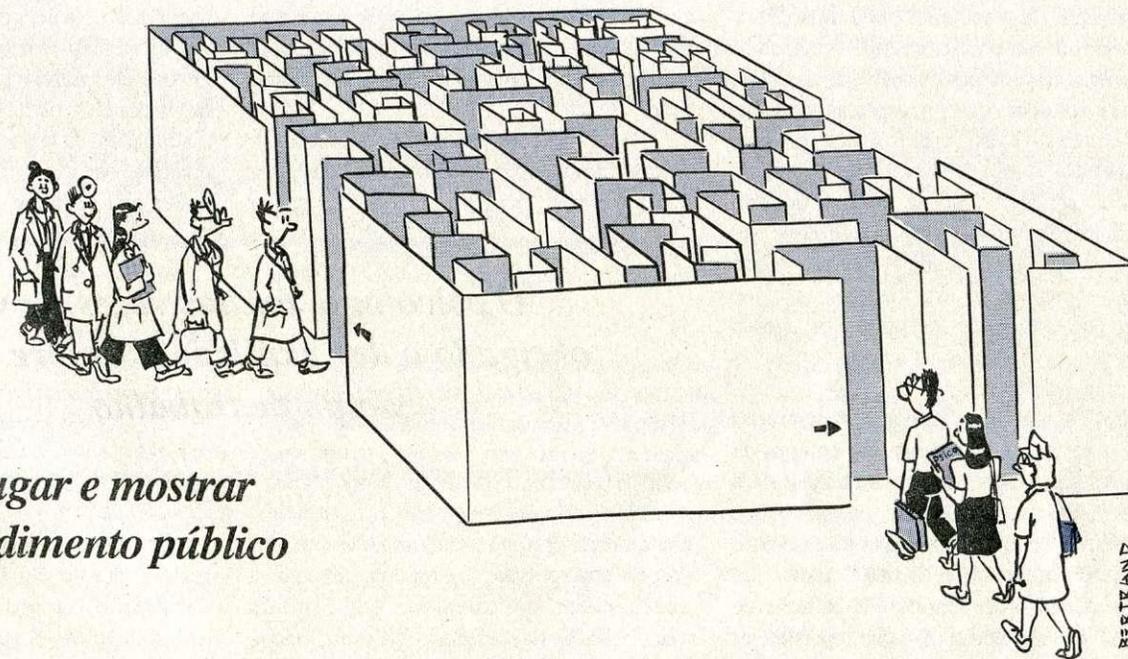
Conselho Estadual dos Direitos da Mulher
Av. Ernesto Geisel, 5005 - Amambai - Campo Grande - CEP 79008-410

Sociedade de Proteção à Infância e Juventude
R. Dr. João Rosa Pires, 968 - Amambai - Campo Grande - CEP 79008-050

Centro de Apoio aos Movimentos Populares
R. Antonio N. de Almeida, 25 - Campo Grande - CEP 79100-000

Equipes multiprofissionais: é possível realizar um bom trabalho?

As equipes multiprofissionais continuam sendo um espaço importante de atuação do psicólogo, mas o profissional quer ocupar novo lugar e mostrar a necessidade de que o sistema de atendimento público adote diferentes pontos de vista



Embora não existam estatísticas sobre o ingresso dos psicólogos nos vários setores de atendimento público em São Paulo (o CRP está realizando recastamento para obter estes dados), é cada vez mais comum sua presença neste setor. A figura do psicólogo já não é desconhecida em escolas, hospitais, órgãos da justiça ou na área do trabalho, geralmente atuando em equipes multiprofissionais. Esta inserção ampliou as possibilidades de atuação do psicólogo e abriu novas portas de entrada num mercado de trabalho onde o exercício liberal da profissão é cada vez mais raro. Hoje, com o advento das equipes multiprofissionais, muitas vezes a intervenção do psicólogo pode ser de fundamental importância para o redirecionamento da abordagem ou resolução de um “caso” aparentemente insolúvel.

Para uns, abriu-se a perspectiva de atendimento mais completo e comprometido com a realidade da população. Mas para outros, da forma como estão estruturadas, as equipes multiprofissionais ou interdisciplinares, como também são chamadas, não têm conseguido bons resultados, e a população continua mal atendida e carente de soluções para seus problemas cotidianos.

“A implantação de equipes multiprofissionais foi uma evolução natural da percepção de que as tarefas podem ser melhor executadas em conjunto por profissionais dos vários campos de conhecimento. As pessoas vêm e olham os aspectos de seus problemas com vários profissionais, e esses podem estar incorporando essas informações em rede,

vendo os passos que o paciente teve e tentando integrar numa coisa só para dar uma solução única”, opina o médico Luiz Fernando Macedo Brígido, que atua em equipe no serviço de alergia e imunologia do Hospital das Clínicas de São Paulo, no atendimento a pacientes portadores do vírus HIV. As considerações de Brígido, é claro, partem do pressuposto de uma equipe onde as funções e o conhecimento de cada profissional sejam respeitados.

A prática, no entanto, vem demonstrando que nem sempre é fácil implementar projetos, mesmo que abram perspectivas de um novo tipo de atendimento, mais avançado, eficiente e moderno. Acontece que as equipes multiprofissionais foram criadas em órgãos públicos que mantêm a mesma estrutura jurássica de muitos anos atrás, embora seu funcionamento pressuponha a revisão desse modelo. Além do mais, para que obtenha resultados satisfatórios, é necessário que o trabalho seja pensado como algo além da simples somatória de várias áreas de conhecimento, mas como uma “complementariedade” científica entre saberes diferenciados que geram um novo resultado.

Apesar da atuação do psicólogo apresentar traços característicos, dependendo da área em questão, não é exagero afirmar que de maneira geral as instituições o tratam de forma semelhante, o que acaba por provocar conflitos muito parecidos para os profissionais de todos os setores. A situação vivida pelos psicólogos da saúde pública ou do poder judiciário traça um quadro amplo e representativo da situação geral deste profissional nas instituições públicas.

“Eu não gosto da denominação multiprofissional, porque não é juntando um monte de técnicos que se tem a equipe. Eu acho que é importante pensar como se concebe a equipe, como ela nasce. Porque é muito mais importante essa origem da equipe, como é que as pessoas se juntam, quem é que concebe esse trabalho de equipe, em que momento e em que conjuntura”, pondera Cássio Figueiredo, chefe de uma equipe de psicólogos que atuam de forma interdisciplinar no Hospital Municipal de Ermelino Matarazzo, na Grande São Paulo.

Falar na equipe ideal não é fácil, principalmente considerando-se que cada instituição e tipo de equipe guardam características próprias. Mesmo assim é possível formular opiniões gerais, baseado nas experiências já vividas por profissionais com longo tempo nessa área de atuação. “A equipe tem que aguentar conflito, o próprio e o do paciente. Seu contrato tem que ser no sentido de poder discutir, conter, suportar”, defende Figueiredo.

Ele lembra, no entanto, que a realidade hoje vem contrariando todas as tentativas de controle de determinadas variáveis exaustivamente discutidas, como a salvaguarda da especificidade científica dos profissionais envolvidos. “Os hospitais hoje não contêm nem a doença, o que dirá conflitos internos. Isso é sintomático de uma coisa maior, política e social”. Realmente é difícil falar em especificidade quando o que está em questão é todo o sistema de atendimento.

Sobre o assunto, Figueiredo defende a idéia de que não se pode falar em especificidade de forma única e indiscriminada. “Cada área tem a sua

especificidade, mesmo dentro da psicologia. O psicólogo que atende no setor de ginecologia, por exemplo, tem um tipo de especificidade. Já o do setor de cirurgia trabalha com outras questões, mas numa instituição hospitalar talvez o específico do psicólogo seja exercer uma intermediação entre o médico e o paciente porque, quando o paciente procura o hospital, manifestamente, pelo menos, ele não o faz por um problema psicológico, mas por um problema médico”.

Para ele, inclusive, a questão da especificidade hoje está em xeque em todas as áreas de atuação no serviço público. “Os próprios médicos estão revendo qual é sua especificidade porque hoje têm que lidar com problemas que também não são específicos deles, como por exemplo a falta de leitos, de medicamentos. Ai você fala, bom, mas isso não é da ordem da patologia clínica, mas do discurso institucional. Muitas vezes o trabalho da gente é até informar qual é a função do psicólogo, o que ele faz, e indagar se realmente o paciente sente que está necessitando desse atendimento. Ninguém pode entrar no hospital e sair atendendo todo mundo, achar que todo mundo precisa de assistência psicológica só porque está hospitalizado”.

Ou seja, também aqui acaba valendo a velha máxima de que cada caso é um caso. Para o psicólogo Leonardo Guirao Júnior, que também atua na equipe multiprofissional do Hospital das Clínicas, no tratamento a pacientes portadores do vírus HIV, a questão da especificidade é, cada vez mais, superada pelos profissionais. “Como trabalhamos com pacientes assintomáticos, por exemplo, o papel do psicólogo na nossa equipe acaba

sendo, muitas vezes, até mais importante do que o do médico. O médico faz exames periódicos para monitorar a situação de saúde do paciente, mas a problemática maior de um soropositivo assintomático é no campo psicológico e no campo social”.

O que acaba por acontecer, na maioria dos casos, no entanto, é que a discussão esbarra em perguntas do tipo: até que ponto o profissional da psicologia pode atuar, se o seu campo de conhecimento é baseado justamente na problematização das questões, mas as instituições exigem respostas imediatas que, muitas vezes, visam à sua própria manutenção e não à solução do problema daquele cidadão? Trata-se de uma questão central para o profissional e que deve ser abordada com a seriedade que requer e que exige a sociedade. É justamente por isso que os psicólogos estão preocupados, nesse momento, em sistematizar suas experiências e ampliar o debate.

Problemas desse tipo são encontrados por profissionais que atuam em equipes de todas as áreas, sendo comuns também para os da educação, trabalho ou justiça. Nesse sentido não há como negar que o casamento da psicologia com outras áreas de conhecimento nem sempre é a garantia de uma lua-de-mel eterna. Em contrapartida, os psicólogos que atuam nessas áreas acabam passando pelos mesmos problemas dos profissionais da saúde, ou seja, o de ter que responder a essa demanda, sem perder o olhar crítico e abrangente que a prática psicológica requer. Vem daí a discussão em torno da questão dos laudos psicológicos e seu verdadeiro papel na instituição, além, é claro, do tipo de psicologia que está sendo realizado em cada momento.

Para a psicóloga Valéria Alvarez, que chefia uma equipe composta por psicólogos, assistentes sociais e psiquiatras, no Poder Judiciário de Santos, “o psicólogo forense corre o risco de se tornar um mero repetidor da voz do juiz, em vez de prestar uma contribuição social”.

Segundo a psicóloga, a equipe multiprofissional em que atua tem conseguido lidar com seu dia a dia de forma satisfatória, e até mesmo ampliar sua atuação para os vários setores do Judiciário. “Em Santos, há um equilíbrio entre as especificidades de cada tipo de profissional que participa da equipe. Existem discordâncias técnicas, principalmente quando lidamos com casos controvertidos, mas não se pode dizer que haja qualquer desrespeito de um profissional pelo outro. Os pareceres sempre têm o mesmo peso”.

As condições favoráveis animaram a equipe a ampliar seu atendimento e hoje, além dos pareceres técnicos e laudos, prestam

atendimento gratuito a comunidades carentes da periferia santista, “porque percebemos a necessidade de trabalhar em prol da transformação da sociedade”, afirma. “Hoje, em Santos, todo indivíduo que sai da cadeia passa por um acompanhamento obrigatório. Isso tem força de lei, o juiz Gilberto Ferreira da Cruz colocou como condição”, completa. Ela, no entanto, reconhece que a situação em Santos é uma exceção no universo das instituições públicas e faz a ressalva de que para chegar a esse ponto foi necessária grande mobilização da categoria e uma certa dose de sorte, pois “o juiz que estava no Fórum quando a equipe foi montada, José Henrique Arantes, tinha uma cabeça muito aberta e nutria o sonho de ampliar o serviço psicológico no Judiciário”.

O psicólogo, muitas vezes, se vê obrigado a dar explicações sobre o seu campo de trabalho.

Já na opinião do médico Luiz Fernando Brígido, as equipes multiprofissionais muitas vezes têm seu desempenho comprometido

Essa talvez seja mesmo a zona de conflito mais marcante em grupos dessa natureza. Geralmente composta por profissionais de áreas distintas e tipos de conhecimento completamente diferentes, a equipe tem que lidar com a contradição de fornecer respostas precisas para problemas não tão exatos assim. É o caso de pacientes que apresentam problemas disciplinares, como se negar a cumprir as ordens médicas ou apresentar problemas de agressividade, por exemplo. Nesse caso é preciso verificar o entendimento da equipe multiprofissional a respeito do que seja doença ou saúde. Do ponto de vista da psicologia, atitudes como estas podem significar reações positivas no contexto de um tratamento. Mas atitudes e comportamentos, por mais complicados que sejam, muitas vezes passam despercebidos por outros profissionais além do psicólogo que, no final, por lidar

com algo do reino do “desconhecido” se vê muitas vezes obrigado a dar explicações sobre seu campo de trabalho. “É aí que o psicólogo fica confundido com o auxiliar. Porque é como se essa fosse uma tarefa menor. Mas você explicar o sentimento de alguém é menor do que explicar o figado?”, indaga Cássio.

Mas, seja por um princípio enraizado, como comenta Brígido, ou não, o fato é que muitas vezes os profissionais entram nas equipes com uma postura que referenda essa distorção. Nesse contexto fica ainda mais difícil quebrar a estrutura e propor soluções alternativas. Para Valéria Alvarez, “às vezes o psicólogo adota uma atitude de funcionário subalterno, aguardando as ordens do superior, mas isso precisa ser quebrado. Aqui em Santos, como conseguimos esses passos importantes, ampliamos muito nossa participação e já foram abertos, inclusive, concursos para contratação de psicólogos”.

De qualquer forma, a estrutura, mesmo que reconheça o valor de determinados profissionais, exige antes que ele prove sua competência para se tornar necessário, e é justamente aí que reside a diferenciação entre as categorias profissionais e seu poder de intervenção junto ao sistema. Isso pode ser percebido nas entrelinhas do discurso oficial das instituições, mesmo quando há, explicitamente, o reconhecimento da necessidade do psicólogo nas equipes. Indagado sobre o papel e a importância do psicólogo no trabalho de equipe, um médico de conhecida instituição hospitalar paulista respondeu: “O psicólogo é um profissional necessário e, na medida em que mostra eficiência e responde às demandas colocadas pelo serviço, ele sempre ganha espaço”. Nesse sentido, muitos passos já foram dados pelos psicólogos, mas tudo indica que ainda há muito a ser feito até que a psicologia seja reconhecida como área científica, que tem um saber específico e relevante para o desenvolvimento pleno do ser humano.

atendimento gratuito a comunidades carentes da periferia santista, “porque percebemos a necessidade de trabalhar em prol da transformação da sociedade”, afirma. “Hoje, em Santos, todo indivíduo que sai da cadeia passa por um acompanhamento obrigatório. Isso tem força de lei, o juiz Gilberto Ferreira da Cruz colocou como condição”, completa. Ela, no entanto, reconhece que a situação em Santos é uma exceção no universo das instituições públicas e faz a ressalva de que para chegar a esse ponto foi necessária grande mobilização da categoria e uma certa dose de sorte, pois “o juiz que estava no Fórum quando a equipe foi montada, José Henrique Arantes, tinha uma cabeça muito aberta e nutria o sonho de ampliar o serviço psicológico no Judiciário”.

Já na opinião do médico Luiz Fernando Brígido, as equipes multiprofissionais muitas vezes têm seu desempenho comprometido

SUBSEDES

R. PRETO

Partir da realidade de três instituições diferentes para debater a questão da formação profissional e do mercado de trabalho. Esta foi a estratégia adotada pela Subsede de Ribeirão Preto para dar continuidade ao processo constituinte.

Os temas foram discutidos em mesa-redonda realizada no dia 31 de agosto, reunindo representantes da USP - Universidade do Estado de São Paulo, UNIFRAN - Universidade de Franca e da UFSCAR - universidade federal onde o curso de psicologia foi recentemente implantado. “O interesse maior do evento foi mostrar aos profissionais três abordagens diferentes da questão e pudemos constatar que muitos dos problemas levantados são muito próximos do que se discutiu no

Debate avalia diferentes experiências de Universidades

Congresso Nacional Constituinte da Psicologia”, afirma a coordenadora da Subsede, Maria Costantini. Com isso a Subsede conseguiu realizar um feito que tem sido um grande desafio para as lideranças: mostrar à categoria o vínculo entre a realidade imposta no mercado de trabalho e o modelo de formação adotado nas universidades brasileiras.

Segundo a coordenadora, no evento pôde-se perceber diferenças significativas em relação às formas como as três instituições tratam temas semelhantes. Um bom exemplo é a preocupação com questões de mercado. Para a coordenadora do curso da UNIFRAN, Ana Cristina Nassif Soares, “a educação é um processo que não tem fim e tentamos impedir cristalizações de

áreas, procedimentos e idéias que normalmente emperram o desenvolvimento da formação docente e discente”.

Já para a professora do departamento de psicologia e educação da USP-Ribeirão Preto, Marisa Japar, a instituição que representa “tem por tradição e princípio encarar como função não só o ensino e a extensão de serviços à comunidade, mas também, e talvez prioritariamente, a pesquisa, como forma de produção do conhecimento”.

E, finalmente, para a professora do curso de psicologia da UFSCAR, Nancy Vinagre Fonseca de Almeida, “o departamento conta com recursos humanos e materiais para estabelecer um curso que poderá contribuir positivamente para o

direcionamento da profissão e para estender o ensino público, gratuito e de qualidade”.

A mesa-redonda, que fez parte das comemorações do dia do psicólogo, não deverá ser a única iniciativa da Subsede, que pretende manter as discussões em torno do tema. Com a continuidade dos debates, a Subsede pretende articular as diferentes experiências, dando ao profissional da região uma visão abrangente de como as instituições estão formando psicólogos. Além disso, como há uma demanda por profunda reformulação dos cursos de psicologia, definida no Congresso Nacional Constituinte da Psicologia, o resultado das discussões deverá subsidiar propostas a serem formuladas na comissão que pretende discutir os temas.

S.J.R. PRETO

Prefeitura tenta impedir participação de psicólogos em Conselho Municipal

Os psicólogos de São José do Rio Preto estão encerrando o ano com uma grande batalha pela frente: garantir sua participação no Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Depois de um longo período de articulação com entidades da sociedade civil, que culminou na criação do Conselho, a categoria, junto com outros profissionais, está sendo impedida de participar do trabalho.

A história começou quando a Subsele indicou uma representante para atuar junto ao Conselho, a psicóloga Suely Zocal Paro Barison. O nome da psicóloga foi vetado pelo prefeito Manuel Antunes na reunião do dia 7 de outubro, o mesmo acontecendo ao nome da representante do CRESS - Conselho Regional de Serviço Social. A justificativa para o veto é que a Lei Municipal que cria o Conselho não prevê a participação de representantes de qualquer categoria profissional.

Segundo o texto da Lei, somente poderão participar representantes das Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Higiene, Bem-Estar Social, Negócios Jurídicos, Planejamento e Esportes, Lazer e Turismo. Além das secretarias municipais, também serão aceitos representantes do poder legislativo. No que diz respeito à sociedade civil, a Lei prevê a participação de entidades de atendimento, movimentos populares de defesa da criança e do adolescente, comunidades de base, sindicatos que atuam na área e associações e sindicatos patronais.

Em que pese o argumento do prefeito, baseado no impedimento legal da participação de psicólogos e assistentes sociais, no entanto, é no mínimo estranho que entidades de profissionais que reconhecidamente exercem atividades fundamentais para o bem-estar e desenvolvimento sadio de crianças e

adolescentes tenham sido deixadas de fora. Em todas as organizações de defesa de direitos da pessoa humana de que se tem notícia, a participação de psicólogos e assistentes sociais tem importância inquestionável. Apesar disso, não é a primeira vez que a categoria fica excluída de instituições desse tipo. Em São Paulo, no início deste ano, também foram excluídos do quadro funcional da Secretaria do Bem-Estar e da Promoção Social, sendo impedidos de prestar concurso público para o cargo de diretor de Creche Municipal. A decisão da Prefeitura, no entanto, foi revista após muita mobilização e luta da categoria.

A Subsele de São José do Rio Preto também não vai ceder à pressão da Prefeitura. Pretende apurar os fatos e tomar as devidas providências. De acordo com a coordenadora, Maria de Jesus Sales Caboclo, "nós vamos nos posicionar politicamente. Temos que apontar essa falha, questionando a lei e oferecendo propostas de modificação no texto, que não dá representatividade a profissionais que exercem atividades afins ao Conselho da Criança e do Adolescente".

Para Maria de Jesus, que está coordenando a Subsele desde outubro, quando foi escolhida uma nova comissão gestora, a equipe que está à frente da entidade tem como preocupação fundamental a articulação com entidades da sociedade civil e Conselhos Municipais. "Estamos traçando, juntamente com a categoria, uma nova linha de trabalho para

a região. Já realizamos várias reuniões e as discussões estão apontando para a formação de grupos temáticos nas várias áreas de atuação dos psicólogos".

A participação de psicólogos nos Conselhos Municipais faz parte dessa estratégia de ação. A exclusão da categoria demonstra bem a necessidade dessa articulação de entidades pois, na verdade, o que está em jogo é muito mais do que a participação de um ou outro profissional, mas a representatividade e legitimidade do Conselho, além, é claro, do reconhecimento de um espaço no mercado de trabalho.

"O prefeito dita normas, o que contraria os fundamentos do Conselho Municipal, que deveria ser um órgão consultivo e deliberativo. Sua criação só foi possível a partir de um amplo trabalho de articulação de toda a sociedade e sua legitimidade depende da participação de representantes desses segmentos", finaliza a coordenadora.

Para dar encaminhamento a esta e outras questões, a comissão gestora de São José do Rio Preto está trabalhando em regime de plantão nos seguintes horários:

- Maria de Jesus Sales Caboclo (coordenadora) - Quartas-feiras de 15:00 às 17:00 horas.
- Rita de Cássia Romero (subcoordenadora) - Terças-feiras de 16:00 às 18:00 horas.
- Walkyria Pereira de Souza (membro) - Quintas-feiras de 15:00 às 17:00 horas.

S. ANDRÉ

Grupo de profissionais reativa Núcleo de Saúde Mental

O Núcleo de Saúde Mental de Santo André, que vinha atuando em conjunto com a Associação José Martins de Araújo Júnior desde 1992, desvinculou-se da Associação desde o mês de novembro deste ano. A dissidência aconteceu devido a discordâncias em relação à conduta política e técnica que a Associação vem adotando no encaminhamento da luta. De acordo com a subcoordenadora da Subsele de Santo André, Rosemeire Foltran, "as propostas da Associação seguem uma linha assistencialista, totalmente em desacordo com os princípios traçados pelo movimento antimanicomial".

Além da conduta adotada pela Associação, o grupo de dissidentes aponta também a questão da política interna da entidade, onde "a diretoria votada com quórum representativo de usuários foi substituída à revelia dos participantes", explica Foltran. Segundo a psicóloga, um dos pontos centrais da discussão, que provocou a saída do grupo, foi a diretoria de atuação da Associação, que vem propondo a instalação de equipamentos, como a criação de oficinas de trabalho com caráter terapêutico, em vez de concentrar esforços no sentido de cobrar do serviço público que assuma suas responsabilidades com o usuário. Além disso, argumenta a psicóloga, "havia um tratamento privilegiado dos

técnicos em relação aos usuários, conduta da qual também discordamos".

O grupo que está retomando o trabalho do Núcleo de Saúde Mental é composto por trabalhadores de várias áreas da saúde mental, familiares e usuários, e pretende basear sua atuação nos mesmos princípios da luta antimanicomial: a defesa do usuário como cidadão, a participação de familiares e técnicos na luta, a busca de meios alternativos de tratamento.

O Núcleo já está trabalhando na elaboração de uma publicação que pretende reafirmar a defesa da luta antimanicomial e questionar a cultura manicomial e "o modelo hospitalocêntrico de tratamento". Paralelo a isso, pretende estreitar relações com os sindicatos de trabalhadores do Grande ABC, levando para essas entidades a discussão das formas de tratamento a que são submetidos os portadores de sofrimento mental. "Um dos maiores problemas por que passam esses trabalhadores é o do alcoolismo, geralmente tratado com enfoque médico e hospitalocêntrico. Nós queremos engajar os sindicatos na luta, para juntos, procurarmos outras formas de tratamento", explica Foltran.

O Núcleo de Saúde Mental está se reunindo às quartas-feiras, às 19:00 horas, na Subsele do CRP, à rua Luiz Pinto Flaquer, 523, 6º andar/sala 61.

NOTAS

Terras do Juqueri

Terras do Juqueri é o nome do disco independente do músico Luizinho Gonzaga, lançado em Franco da Rocha. O disco é fruto de 7 anos de pesquisa no maior hospital psiquiátrico da América Latina e propõe uma reflexão sobre o regime de privação a que estão submetidos os internos.

Em Terras do Juqueri o público poderá ouvir blues, xote, baião e bossa nova, ritmos afros e new age, em trabalho que foi realizado durante 3 anos, a partir da experiência do músico na instituição. Além do primeiro lançamento, em Franco da Rocha, estão previstas mais três cidades até o final do ano, como Ribeirão Preto, Campinas e São Paulo. Contato para show ou aquisição do disco pelo telefone (016) 633-9564.

Erramos

Na edição nº 89 do **Jornal do CRP (set./out.)** na nota "Sedes Sapientiae abre inscrições para cursos", por um erro de digitação omitimos o nome do curso de **Psicoterapia Psicodinâmica da Pré-adolescência e Adolescência**. O referido curso também estará sendo oferecido no ano que vem e suas inscrições poderão ser feitas a partir de 21 de novembro, de segunda a sexta-feira, das 9:00 às 20:30 horas, no Sedes Sapientiae, à Rua Ministro Godoi, 1484, Perdizes. Telefone (011) 262-8024.

Psicologia: vêm aí novas leis

Psicólogos começam a trabalhar para mudar as leis que regem a profissão. Propostas serão encaminhadas à categoria.

Os psicólogos da 6ª Região já começaram a trabalhar no encaminhamento das decisões aprovadas no Congresso Nacional Constituinte. A primeira reunião foi realizada no dia 5 de novembro, quando se formaram três grupos de trabalho: Fórum de Ética, Fórum de Formação e Fórum da Lei 4119/62. Nas Subsedes também serão realizadas discussões para formulação de propostas.

Os grupos de trabalho vão abordar questões do dia a dia do psicólogo, em instituições ou consultórios particulares. Todas as propostas deverão ser formuladas de acordo com as diretrizes aprovadas no Congresso e pretende-se, a partir daí, estabelecer novos parâmetros de atuação profissional para o psicólogo. Também no que diz respeito à formação, a categoria vai sugerir mudanças.

Ao final do trabalho dos três fóruns será preparado um anteprojeto para apreciação de todos os profissionais. E uma vez aprovado esse anteprojeto, as propostas serão encaminhadas às autoridades competentes, seja no poder legislativo ou no judiciário.

Ética: um novo código que contemple problemas atuais

A observação dos problemas surgidos na prática profissional tem sido a preocupação dos psicólogos que compõem o Fórum de Ética. Para propor alterações no Código, eles pretendem, antes, proceder a um estudo profundo da legislação em vigor, principalmente à luz do Código do Consumidor e do Estatuto da Criança e do Adolescente, leis recentes que alteraram as relações entre psicólogos e pacientes além dos limites previstos pelo código atual. "Tem muitas questões polêmicas que o Código de Ética não contempla, como por exemplo a dos laudos psicológicos", explica

Erane Paladino, coordenadora do Fórum.

Todas as discussões deverão seguir os parâmetros estabelecidos pelo Congresso Nacional Constituinte, de respeito à cidadania e à dinâmica do mercado. Segundo Erane, "o código tem que ser um princípio norteador, dentro de parâmetros mais definidos que o atual, mas sem fechar demais os procedimentos do profissional". Os psicólogos consideram que o Código de Ética em vigor é muito genérico e ambíguo em questões cruciais, dando margem a uma exagerada amplitude de interpretação. Em seu artigo II § N, por exemplo, o Código diz que é vedado ao psicólogo "estabelecer com a pessoa do atendido relacionamento que possa interferir negativamente nos objetos do atendimento", sem especificar o que pode "interferir negativamente nos objetos do atendimento".

Citando ainda como exemplo a questão do sigilo profissional, Erane explica que, embora o código afirme a necessidade de respeito a esse compromisso com o paciente, não dá referências suficientes para o psicólogo agir em situações como a do trabalho no poder judiciário, onde muitas vezes há o risco da perda desse sigilo, ou mesmo no caso de familiares de pacientes menores de idade. "O código exige que o profissional dê 'satisfações' aos pais de pacientes menores, considerados incapazes diante da lei, mas ao mesmo tempo como fica o sigilo nessas situações?", pergunta.

Para subsidiar o trabalho, o grupo pretende entrar em contato com outros conselhos profissionais, solicitando material, como o Código de Processamento Disciplinar e mesmo o Código de Ética que seguem. A próxima reunião do Fórum, aberta à participação de qualquer psicólogo, será no dia 16 de dezembro, às 14:30 horas na sede do Conselho. "Também serão aceitas colaborações por escrito, mas todos estão convidados a participar, porque

estaremos discutindo questões muito relevantes e que interferem diretamente no dia-a-dia do psicólogo", finaliza Erane.

Formação: a teoria deve estar associada à prática

O Fórum de formação, um subgrupo do Fórum da Lei 4119/62, deverá estar discutindo os itens da Lei que dizem respeito aos cursos de psicologia e instituições de ensino. Segundo informações de um dos coordenadores do grupo, Othon Vieira Neto, "pretendemos formular propostas para uma nova estruturação do currículo, que seja condizente com as propostas aprovadas no Congresso Nacional".

Em sua primeira reunião, o grupo discutiu a validade ou não da tripla diplomação, com a divisão do curso em bacharelado, formação profissional e licenciatura, considerada um dos pontos a serem reformulados. "Isso porque a licenciatura acaba ficando fora dos cursos e sofre uma desvalorização. Ao mesmo tempo o mercado da rede pública exige esse diploma e cria-se um ponto de estrangulamento", explica Othon.

Além disso, essa diferenciação entre o bacharelado e a formação profissional é um dos pontos que o Congresso Constituinte quer abolir. "O que acontece nesse caso é que o aluno faz quatro anos de teoria e um ano de prática, e isso não funciona", afirma o psicólogo.

A tendência é que o grupo sugira que o estágio seja distribuído durante todo o curso. "É mais racional do ponto de vista pedagógico, pois assim cria-se uma associação entre prática e teoria, que hoje não existe", defende.

O grupo pretende realizar nova reunião, em data a ser definida. Em seguida, deverá ser montado um cronograma de trabalho.

Lei 4119: novas regras para o exercício profissional

Para agilizar o trabalho de alteração da Lei 4119, a coordenação do grupo, a cargo de Celi Denise Cavallari, Cláudia Maria Sodré Vieira e Leslie Puntchart, já iniciou trabalho de reagrupamento das teses aprovadas no Congresso Nacional, "agora com o objetivo específico de transformá-las em diretrizes básicas para a revisão da Lei", conforme explica Cláudia Sodré Vieira.

Na reunião do dia 5 de novembro, o grupo traçou os passos básicos que deverá seguir. "Inicialmente será feita uma retomada do que foi aprovado no Congresso. Em seguida faremos uma avaliação da pertinência das propostas de alteração da Lei que foram encaminhadas, mas não chegaram a ser discutidas na plenária do Congresso Nacional", informa Celi.

O terceiro passo do grupo será uma leitura bem acurada da lei em sua forma atual, para então passar à elaboração do anteprojeto. O cronograma de trabalho do Fórum da Lei 4119/62 prevê reuniões nos dias 17 de dezembro, 11 de fevereiro e 11 de março, sempre às 14:00 horas, na sede do CRP.

As psicólogas informaram, ainda, que as decisões tiradas no Congresso Nacional que não dependem de alteração na Lei 4119, mas que são do âmbito do Conselho Regional, também já estão sendo discutidas nos grupos de trabalho que se reúnem periodicamente no CRP e que estão abertos à participação de toda a categoria.

INEF - Instituto de Estudos e Orientação da Família está com inscrições abertas para o Curso de Formação de Psicoterapeutas, de orientação psicanalítica, a se iniciar em março/95. Informações: Rua Traipu, 66 - Perdizes - SP Fone: (011) 67-8688 e 826-4030

SAÚDE MENTAL

Conselhos Profissionais propõem fechamento de hospital psiquiátrico

Os Conselhos Regionais de Psicologia (CRP), Medicina (Cremesp), Farmácia (CRF) e Serviço social (Cress) decidiram, após visita de vistoria ao Hospital Psiquiátrico Dr. Cesário Mota Jr., de Piracicaba, encaminhar relatório às autoridades solicitando o fechamento da instituição. A decisão está embasada na constatação de que o hospital não apresenta condições de funcionamento. De acordo os fiscais credenciados pelo CRP-06 para a vistoria, Floriano Nuno de Barros Pereira Filho e Maria Costantini, "o hospital não dispõe de número suficiente de funcionários

para atendimento aos pacientes assim como não tem projeto terapêutico. Constatamos também que os pacientes são utilizados como mão-de-obra sob o argumento de que precisam de ocupação".

A comissão formada pelos quatro Conselhos realizou reunião no dia 17 de novembro para acertar os detalhes finais do relatório, que deverá ser encaminhado à Secretaria Estadual da Saúde e Vigilância Sanitária, sugerindo o fechamento do hospital. Segundo Floriano, também deverá ser encaminhado relatório às instâncias municipais de Piracicaba, como o Conselho

Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde, notificando o fato e solicitando a criação de serviços alternativos de atendimento. "Nós temos projetos de atendimento extra-hospitalar, em ambulatórios ou nos Naps - Núcleos de Atenção Psicossocial e, no caso de necessidade de internação, sugerimos uma enfermaria própria nos hospitais gerais", explica.

O tipo de atendimento proposto segue os princípios da luta antimanicomial, que preconiza reformas no sistema psiquiátrico e sua substituição por sistema aberto de

tratamento, evitando a marginalização e segregação do doente mental.

A vistoria do hospital de Piracicaba é a segunda realizada pela comissão dos Conselhos Regionais desde a implantação do programa de realização de vistorias periódicas a estas instituições. Na primeira vistoria, realizada no Hospital Psiquiátrico de Brodósqui, foram constatadas inúmeras irregularidades, também denunciadas aos órgãos competentes. A idéia é a realização de uma vistoria por mês, resgatando para os Conselhos o papel de fiscalização dos serviços de saúde prestados à sociedade.

1994, um ano de decisões

Os psicólogos da sexta região terminam 1994 com saldo positivo. Foi um ano decisivo para a categoria traçar novas diretrizes para a psicologia e avançar em seu processo de organização, com a realização dos Congressos Regional e Nacional. No balanço feito pela gestão, a categoria termina o ano mais madura e disposta a operar as transformações que a psicologia reclama.

Prova disso foi a participação significativa dos profissionais no processo constituinte. Nesse sentido, destaca-se a importância da participação dos representantes do CRP-06 no Congresso Nacional, que garantiu a aprovação de propostas importantes. Mas permitiu, principalmente, muitos avanços na discussão como um todo, com a colocação do foco dos debates sobre formação e exercício profissional a partir de um ponto de vista mais abrangente e menos imediatista. Além disso, a presença da delegação foi fundamental para o questionamento da própria entidade e a aprovação de propostas que alteram substancialmente sua natureza, como a transformação do Conselho Federal em Conselho Nacional, com eleição direta de chapa nacional a cada três anos.

Nem todas as questões estão resolvidas e muitas divergências ainda deverão ser encaradas de frente, mas o processo constituinte respeitou os direitos da participação democrática. E, ponto fundamental, não caiu no vazio, com o encaminhamento das propostas já iniciado em fóruns específicos para os vários temas, de acordo com decisão do plenário do Congresso Nacional (veja matéria à pág. 14). O trabalho desses grupos deverá resultar em grandes modificações para o dia a dia do psicólogo e ainda será submetido à apreciação da categoria.

A entidade se abre para a sociedade civil e firma papel do psicólogo em instituições

Como se pode ver, foi um ano de fôlego para a organização da categoria. Mas foi também o ano do Conselho consolidar sua prática, qualificando suas ações. Nesse sentido, termina 1994 ocupando espaço significativo junto à sociedade civil. Isso só se tornou possível pela

abertura da entidade para a realização de projetos conjuntos com outras instituições públicas ou de representação profissional. Exemplos não faltam, como a assinatura do convênio com a Fundação Seade, que permitirá traçar o perfil do profissional da Sexta Região, para subsidiar o planejamento de ações de acordo com as necessidades detectadas na realidade. Para realizar esse trabalho foi solicitado apoio financeiro ao Ministério da Saúde. O projeto foi aprovado, faltando apenas a liberação dos recursos solicitados (R\$ 63 mil).

Por outro lado a concretização de iniciativas como a formação de uma Comissão de Normas para Procedimentos de Avaliação Psicológica, de caráter misto e composta por entidades, empresas, universidades e instituições da iniciativa privada, representa a tentativa de colocar a questão em seu devido lugar. Ou seja, fortalece a luta dos psicólogos pela credibilidade e transparência de seus procedimentos, sem paternalismos ou corporativismo. Para a gestão, a discussão traz à tona a questão da qualidade dos instrumentos psicológicos e não deve ser considerada uma ameaça à psicologia, mas um reforço ao seu corpo de conhecimento (veja matéria à pág. 7).

Também merece destaque o reconhecimento da necessidade do psicólogo para a realização de determinadas tarefas, como a avaliação dos atributos pessoais de profissionais em atuação no mercado. Esse reconhecimento veio através do convênio de cooperação técnica firmado entre CRP e Afibec - Associação de Avaliação de Fornecedores da Indústria de Bens de Capital. De acordo com informações do diretor de sistemas da Afibec, Francisco Oswaldo Silva de Siqueira, por ocasião da assinatura do convênio, "a Associação procurou o CRP por reconhecer a importância de se estabelecer ferramentas embasadas tecnicamente e pelo Conselho demonstrar preocupação constante com a questão da qualidade".

Está ainda em estudo a assinatura de um convênio com a USP, dessa vez para reavaliar os papéis das duas instituições nos processos

de validação de diplomas de psicólogos estrangeiros no Estado de São Paulo. De acordo com as conversações mantidas até agora, haverá modificações no processo de validação desses diplomas, que hoje é de inteira responsabilidade da Universidade. O convênio deverá estabelecer papéis e limites de autonomia de cada uma das instituições. Assim, tão logo seja assinado, caberá à Comissão de Graduação da USP a avaliação dos pedidos e envio de parecer ao CRP, para o fornecimento do registro profissional, ou notificação, ao psicólogo, da necessidade de complementação curricular. Com isso ficam resguardadas a responsabilidade da universidade no que diz respeito à qualificação do profissional e o caráter do Conselho enquanto entidade responsável pelo fornecimento do registro profissional.

Outra questão que esteve na ordem do dia foi a do tratamento dado aos portadores de sofrimento mental nas instituições psiquiátricas. O conselho vem participando da luta pelo respeito à cidadania dos usuários dessas instituições, em conjunto com outras entidades e de acordo com os princípios traçados pela luta antimanicomial.

No início, o CRP figurava no grupo formado por várias entidades a convite do Ministério da Saúde, para realizar vistorias em hospitais psiquiátricos, de acordo com portaria do órgão. Mas, num segundo momento, o CRP questionou a eficiência do grupo e concluiu que não era papel da entidade descredenciar hospitais ou fazer cumprir a portaria do órgão. Criou-se, portanto, nova comissão de Conselhos Profissionais - sem a liberação do Estado, que vem vistoriando hospitais, com bons resultados. A comissão, formada pelo CRP, Cremesp - Conselho Regional de Medicina, CRF - Conselho Regional de Farmácia e Cress - Conselho Regional de Serviço Social, já realizou 10 vistorias e pretende continuar o trabalho, com um hospital a cada 30 dias.

A Comissão de Ética também vem desenvolvendo trabalho sério e competente, tendo realizado este ano 12 julgamentos e 16 oitivas.

Ações internas garantem atendimento ao psicólogo e racionalização do serviço

Uma das prioridades do ano foi a instalação do Centro de Orientação, cuja função principal é prestar atendimento ao profissional, fornecendo informações técnicas, éticas ou sobre procedimentos específicos para questões que eventualmente possam surgir no dia a dia.

Desde o início de seu funcionamento o Centro de Orientação vem atendendo a uma demanda crescente, que inclui, além de psicólogos, estudantes, usuários, pessoas ligadas a órgãos públicos e profissionais de outras áreas.

Para se ter uma idéia em números, foram realizados 115 atendimentos em maio; 137 em junho; 136 em julho; 233 em agosto e 210 em setembro. Entre as dúvidas levantadas pelos interessados, os temas éticos, técnicos e legislativos tiveram maior procura.

Essa demanda, além de comprovar a tese da necessidade do Conselho fornecer esse tipo

de atendimento, serve também como um bom indicador das dificuldades e necessidades mais urgentes dos profissionais, embasando a formulação de novos projetos a serem viabilizados pelo CRP.

Já é possível computar os primeiros resultados. Com base no trabalho do Centro de Orientação o CRP-06 produziu um manual sobre Legislação e Código de Ética, para auxiliar os profissionais nas dúvidas mais comuns. E, para que não se perca de vista a história do Conselho desde sua fundação, está terminando a edição de um livro em comemoração aos 20 anos de existência da entidade. O livro, que deverá ser lançado no início do próximo ano, foi realizado com patrocínio da Caixa Econômica Federal (que contribuiu com R\$ 8 mil), pelos historiadores e editores Jorge Carvalho e Kazumi Munakata. Todo o trabalho foi baseado em pesquisas, com o levantamento de informações e dados dos mais importantes momentos da história do CRP.

Mas, para garantir o funcionamento da estrutura do Conselho e melhor atendimento ao psicólogo, a racionalização dos recursos era necessária. O CRP deu continuidade à reforma administrativa iniciada em 1992. Foram concluídas etapas fundamentais, como a redução do número de funcionários de 79 para 48. Com isso houve uma economia de 49% nos gastos com folha de pagamento e uma queda no consumo de material interno, sem comprometer a qualidade dos serviços. Tornou-se possível também viabilizar projetos de informatização e reestruturação interna no quadro de funcionários.

Na avaliação da gestão, finalmente, um ponto importante a destacar é que, o que à primeira vista parece a simples assinatura de convênios ou atos burocráticos, na verdade exigiu estudo e pesquisa para imprimir às ações o caráter orientador que a categoria vem exigindo da entidade. Nessa perspectiva, as políticas traçadas pelo Conselho representam um cumprimento do compromisso firmado pela gestão de democratizar a entidade, dando-lhe a força que só a representatividade confere.

CRP já tem resultado de licitação

Entre as iniciativas previstas para este ano pelo CRP-06, a licitação para contratação da empresa que realizará as obras de reforma da nova sede do Conselho merece destaque. Depois de anular a licitação 001/94, devido à descoberta de tentativa de superfaturamento por parte das empreiteiras, conforme noticiado pelo Jornal do CRP, edição 89 (setembro/outubro), a comissão de licitação iniciou novamente o processo, tendo sido a licitação 002/94 realizada no dia 31 de outubro. Foi declarada vencedora a empresa JBK Comercial e Construtora Ltda. O valor apresentado pela JBK para a realização das obras foi de R\$ 446 mil e 775 (o orçamento previsto pelo CRP para a realização da obra é de R\$ 450 mil).

Com a realização dessa segunda licitação o CRP deixou de ter um prejuízo de R\$ 222 mil e 464. Isto porque na primeira tomada de preços, o orçamento mais baixo apresentado foi de R\$ 669 mil e 240. O dado que confirma mais uma vez a existência do cartel das empreiteiras pode ser obtido pela comparação de alguns valores apresentados nas duas licitações. Uma das empreiteiras, por exemplo, apresentou, na primeira licitação o preço de R\$ 705 mil e 424 e, na segunda, o orçamento apresentado foi de R\$ 510 mil e 345.

DISQ FREUD®

SP (011) 606-6841
RJ (021) 533-3083

Obras completas - nova edição - Garantia

SUPER PROMOÇÃO

Português - 24 volumes - Ed. Imago

A vista 300,00 2x140,00 3x115,00

Castelhano - 25 volumes - Ed.

Amorrotu

Espanhol - 3 volumes - Ed. Nueva

Traduções do alemão - sob consulta

Novo dicionário Aurélio - Edição de

luxo - Capa dura

A vista 52,00 2x28,00 3x20,00

ATENDEMOS TODO BRASIL

ENTREGA A DOMICÍLIO

CGC 72.082.308/0001-34

Corporativismo e a organização da categoria

Álvaro Trujillo

Luiz Humberto Sivieri

Ao longo de nossa história tem sido constante a luta pela conquista da cidadania e pelo direito de exercê-la de forma plena. Fatos ainda recentes, tais como as lutas contra a ditadura militar e a favor da democracia no país, representam mais um momento dessa história. Porém, o regime político institucional que emergiu após esse período não proporcionou conquistas efetivas, pois a população brasileira, ainda hoje, está muito longe de ter a seu alcance direitos e espaços elementares da condição de cidadão.

Na esfera das profissões e das relações de trabalho o tema da cidadania deve estar vinculado ao avanço organizativo das categorias profissionais, sem o qual debater a cidadania é inútil.

A experiência dos psicólogos obrigamos a discutir, visando ao fortalecimento das entidades da categoria, o corporativismo e o populismo. Enfrentar essas questões é aceitar o desafio de superar a cultura da impotência, do comodismo, da despolitização, da desconfiança quanto à eficácia da luta política, ao mesmo tempo que implica construir e implantar coletivamente uma proposta que contribua para a vigência da cidadania e da democracia.

Corporativismo

O termo corporativismo tem sido usado ao sabor dos mais diversos interesses, sendo, portanto, necessária sua definição, contextualização e, sobretudo, a compreensão da sua complexidade, sem as quais qualquer tentativa de superação se torna ineficaz, principalmente na construção de uma proposta democrática de atuação.

Em uma das suas expressões o corporativismo se refere a uma doutrina do Estado que propugna a união das classes sob a orientação e fiscalização do Estado, onde as organizações têm como finalidade fundamental a colaboração com o governo. Esses pressupostos têm por base a concepção de que a "Nação" é um "Corpo Social" com o qual todas as forças sociais devem colaborar, cada uma a seu modo, para fortalecê-lo. Desse modo, compete à elite política e militar a função de dirigir o Estado e à classe empresarial cabe cuidar do sistema produtivo com a colaboração do Estado. Aos trabalhadores cabe obedecer e executar a política do governo e dos empresários.

Portanto a característica da doutrina corporativista é, em oposição à luta de classes, a ideologia da colaboração de classe, cuja finalidade é a de impedir a classe trabalhadora de ter participação ativa na vida política, econômica e cultural do país. Tais características são visíveis na história recente do Brasil.

Uma outra expressão do corporativismo diz respeito à organização das profissões, um fenômeno social que se manifesta de diversas formas. É o caso das corporações profissionais, associações de pessoas da mesma profissão que se reúnem em torno de objetivos comuns, sujeitas às mesmas regras ou estatutos e com os mesmos deveres ou direitos.

As corporações profissionais têm sua origem nas guildas medievais, nas associações de mutualidade constituídas na Idade Média, que tinham como objetivo valorizar e guardar a sete chaves os segredos dos ofícios, de maneira a salvaguardá-los

profissional e economicamente, e para impedir que outras pessoas, não pertencentes às respectivas associações, os exercessem. Organizavam-se, assim, operários, artesãos, negociantes e artistas. Essas organizações são a gênese do que hoje conhecemos como Conselhos Profissionais.

Com o desenvolvimento do capitalismo, da manufatura e consequentemente da divisão técnica e social do trabalho, surgiram outros tipos de organizações corporativas que tinham por objetivo defender o valor de sua profissão frente à exploração patronal, sem ter porém a preocupação de impedir que outros aprendessem e exercessem tal profissão. Surgiram assim os Sindicatos, que se organizaram por categoria ou atividade profissional, como os tecelões, chapeleiros, alfaiates, engenheiros, médicos, psicólogos etc. Posteriormente, em conformidade com a divisão da profissão social do trabalho, os sindicatos vieram a se organizar por ramo de atividade.

Essa contextualização identifica então que há dois significados para o termo corporativismo: um como doutrina do Estado e outro como produto da profissionalização e organização, em corporações, das categorias profissionais sob as relações capitalistas de trabalho. É certo também que o corporativismo que correspondente à atuação corporativa, contaminada pelos pressupostos da doutrina, apresenta aspectos negativo e positivo.

O aspecto negativo é aquele que pode ser chamado de "corporativismo fisiológico ou simbiótico", característico da cultura e mentalidade corporativa pré-capitalista que busca obter favorecimentos profissionais injustificados, vantagens econômicas unilaterais e privilégios sociais nem sempre legítimos como forma de proteção contra os outros profissionais e a própria população. Com esta atuação política, cujo objetivo é a manutenção de prerrogativas irrestritas, as corporações procuram fortalecer o interesse privado em detrimento do direito coletivo público; o interesse da categoria profissional se sobrepõe às necessidades de outros setores sociais. As ações corporativas de caráter fisiológico promovem o divisionismo e o fracionamento da luta de classes, criando obstáculos e dificultando a conquista de patamares mínimos de cidadania.

O aspecto positivo é o que pode ser chamado, na falta de um termo melhor, de "corporativismo reivindicatório". Aqui a corporação tem como tarefa a organização dos profissionais para que possam, como força social, atuar politicamente na conquista e no estabelecimento de direitos específicos e coletivos, bem como, a partir dessa força, articular-se às lutas sociais que visam à transformação da sociedade. Esse aspecto positivo da atuação corporativa deve levar em conta o fator de legitimidade reivindicativa e a identidade social da profissão que, indiscutivelmente, deve ser valorizada sem que, porém, tornada absoluta.

Em período mais recente, de forma acentuada, a cultura corporativa pré-capitalista, de caráter fisiológico e predominante nas corporações profissionais, sofreu mudanças, desenvolveu-se e ampliou-se de maneira a gerar uma atuação que não pode prescindir da reivindicação dos direitos específicos, ao mesmo tempo que não deve

sobrepô-los aos direitos coletivos das outras categorias profissionais, aos da classe trabalhadora e às exigências de uma sociedade democrática.

Perspectivas de atuação

A organização política dos intelectuais é um fenômeno emergente nessa última década, não se constituindo em um movimento sazonal de mera resposta a demandas represadas. Possui sólidas raízes no processo de modernização, que, de um lado, produziu uma nova massa de intelectuais subordinados à lógica das relações de assalariamento e, de outro, redefiniu o mercado das profissões.

São poucos os que ainda hoje se encontram vinculados ao antigo estatuto liberal no exercício de suas atividades. Além disso, a expansão de profissionais de nível universitário, desproporcional às necessidades de mercado, criou, nas categorias profissionais, massa crítica, em sua maioria mal paga, altamente sensibilizada pelo rebaixamento de seu status e já conhecendo as mazelas do subemprego e do desemprego.

Unidade de ação

É fato notório e legítimo nas categorias intelectuais as demandas "corporativas-reivindicatórias", com evidente predominância nas lideranças e no movimento dos setores mais jovens, os mais expostos às novas condições de um mercado em que o trabalho intelectual é subordinado às relações de trabalho assalariado. A suscetibilidade quanto à desvalorização profissional e os baixos salários, acrescidos da inexperiência quanto à própria atividade organizativa e política, imprime às ações, em alguns momentos, um caráter individualista e imediatista.

Também é visível que as demandas "corporativas-reivindicatórias" são frequentemente percebidas como oposição aos antigos redutos "corporativos-fisiológicos" dos profissionais liberais, circunstância igualmente indicada na representação das lideranças desse grupo. É fora de dúvida que a problemática dos tempos de hoje é melhor sentida pelos novos setores expostos ao assalariamento.

Dessa forma, a superação, pelos Conselhos e Sindicatos, do caráter "corporativo fisiológico" e o aprofundamento e abrangência das demandas específicas com caráter "corporativo reivindicatório", devem impedir a cisão da categoria em grupamentos: assalariados versus liberais, novos contra "velhos", público contra privado. Esta cisão desserve às lutas unitárias, cria divisões falsas e não favorece a legitimação da ação política dos Conselhos e dos Sindicatos com o conjunto da categoria.

Para além do "corporativo reivindicatório", há uma realidade que compreende todos os psicólogos: as condições e o sentido social do exercício da profissão. A especificidade desse trabalho intelectual, vinculado às questões sócio-culturais implica admitir que os aspectos do "corporativo reivindicatório" não abrangem os temas e os problemas de toda a categoria. Os profissionais menos suscetíveis às demandas salariais e às condições de trabalho poderão ser atingidos por

reivindicações e campanhas que também coloquem a questão sócio-cultural: a distribuição dos serviços de saúde e de educação, a qualidade de vida dos centros urbanos, rurais e nas fábricas, a relação entre a escola e a comunidade etc. Atualmente, não há como duvidar, os elementos dinâmicos da mobilização dos psicólogos reside no "corporativo reivindicatório" associado ao sócio-cultural. Na medida em que essa associação envolve trabalhadores intelectuais, ela permanecerá e se aprofundará em decorrência da justa vinculação que fizer com a ação política.

É disso que também dependem as ações unitárias dos Sindicatos e Conselhos, fato que repercute também sobre a população que necessita dos serviços desses profissionais. A categoria pode se indispor com outras categorias e com a opinião pública se tem como objeto de reivindicação interesses tipo "corporativo fisiológico". Ao combinar reivindicações específicas com campanhas pela melhoria e democratização da saúde, do ensino etc. poderá a categoria contar com o respaldo popular.

Isso, porém, não pode se apresentar como astúcia, com a única intenção de generalizar interesses privados. É imperativo que as entidades e a categoria assumam sua identidade específica, que tenham estes aspectos como centro das suas ações e que visem à incorporação dos grandes temas da profissão e da sociedade. Não é possível também deixar de notar que o "corporativo fisiológico" se abriga plenamente na práxis liberal, por mais legalista que seja que seja sua forma de manifestação.

Política das entidades

De outra parte, como as entidades são os interlocutores diretos da categoria, é preciso levar em conta que a passagem do "corporativo reivindicatório" para o social-cultural e deste para o político são produzidas quase que naturalmente. E quando se invade o território da política faz-se, querendo ou não, política.

As lideranças devem atentar para isso, evitando essa ingênua e nociva prática de se deixar conduzir pela movimentação do "corporativa fisiológica" de alguns setores. Não se pode jogar toda sorte das organizações da categoria - um bem político - em função de aventuras de natureza fisiológica; importa muito mais garantir, ampliar e aprofundar os nexos orgânicos da categoria com os Sindicatos e Conselhos.

O recente Congresso Nacional da Psicologia, um exemplo vitorioso, indica um bom caminho a ser estudado, não só porque os psicólogos decidiram claramente a organização da categoria e o papel das entidades, como também definiram suas especificidades "corporativas-reivindicatórias" e sócio-culturais. Algumas lideranças, ao se contraporem ao sectarismo, evitaram a estratégia do tudo ou nada, preservaram a unidade do movimento dos psicólogos e aprofundaram a consciência política da categoria.

Álvaro Trujillo é membro do Conselho Federal de Psicologia

Luiz Humberto Sivieri é secretário de Política Sindical da Federação Nacional dos Psicólogos.